



INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

A Responsabilidade Social Empresarial em Meio Rural e o Impacto no Desenvolvimento Sustentável: O Exemplo da Casa Ermelinda Freitas, S.A.

Cristina Maria João de Moraes

Mestrado em Serviço Social

Orientador: Doutor Jorge Manuel Leitão Ferreira, Professor
Associado
Iscte-Instituto Universitário de Lisboa

Novembro, 2021



SOCIOLOGIA
E POLÍTICAS PÚBLICAS

Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas

A Responsabilidade Social Empresarial em Meio Rural e o Impacto no Desenvolvimento Sustentável: O Exemplo da Casa Ermelinda Freitas, S.A.

Cristina Maria João de Morais

Mestrado em Serviço Social

Orientador: Doutor Jorge Manuel Leitão Ferreira, Professor Associado
Iscte-Instituto Universitário de Lisboa

Novembro, 2021

“O meu sucesso está relacionado com as gerações que trabalharam antes de mim, com a minha família, com a equipa que tenho, com a região e, por fim, com os consumidores. É para eles que a casa vive.”

Leonor Freitas

Agradecimentos

O presente trabalho de investigação resulta de um grande esforço e dedicação da minha parte, implicou o envolvimento de várias pessoas que me rodeiam e que muitas vezes me ouviram queixar o quão difícil estava a ser percorrer este caminho e sempre tiveram uma palavra amiga de encorajamento.

Quero agradecer a todos os que fizeram parte deste percurso e sem os quais não seria possível concluir esta dissertação.

Em primeiro lugar agradeço ao meu orientador e professor, Doutor Jorge Manuel Leitão Ferreira por todo o acompanhamento ao longo destes meses, pelo incentivo e envolvimento relativamente ao tema.

À Professora Doutora Helena Coelho por todas as palavras reconfortantes, pela ajuda quando solicitada e pela sua empatia.

Ao Iscte e principalmente aos docentes do mestrado de Serviço Social.

A todos os participantes e entidades envolvidas nesta investigação, nomeadamente:

à gestora da Casa Ermelinda Freitas, a Dra. Leonor Freitas, que abraçou este projeto logo no 1º momento, o seu testemunho foi fundamental, muito obrigada;

ao Responsável pelo Marketing da empresa e assessor da administração o Dr. Vítor Santos, foi sem dúvida um apoio incrível, obrigada pela disponibilidade constante.

à Cáritas Diocesana de Setúbal e ao Centro Social São Pedro tão bem representados pela Dra. Isabel Rodrigues, muito obrigada pela tua colaboração Isabel.

À Isabel Antas que passou de colega para amiga e com a qual tive grandes momentos de partilha, sem dúvida que fomos o apoio uma da outra nas etapas mais desafiantes deste percurso; muito obrigada pela tua persistência, és um exemplo a seguir.

À Teresa que foi fundamental para que eu continuasse a caminhar, muito obrigada, que apoio incrível!

Às novas colegas que ganhei nesta caminhada e que sempre mostraram grande disponibilidade e empatia, a Adelaide, a Inês e a Débora, ainda bem que os nossos caminhos se cruzaram.

Às minhas antigas colegas de equipa Rute, Gina, Fernanda, Elisabete, Catarina, Stella, Anabela, foi uma viagem maravilhosa a que fizemos juntas; com altos, com baixos, com risos, com choros, tal como a vida. Mas acima de tudo com respeito e amizade.

À Lina Margarida com quem aprendi tanto, tinha que te ter na minha vida profissional, fez toda a diferença!

Às minhas colegas do NLI de Palmela e amigas Ana Goes e Ana Costa gostei muito de caminhar ao vosso lado, quero-vos manter por perto.

Às minhas colegas da minha nova realidade profissional, Sara e Cláudia, espero que consigamos percorrer um caminho tranquilo e calmo e no final contruir o tal castelo, vamos continuar a apanhar as pedras com o mesmo entusiasmo de sempre.

Às minhas outras colegas de Divisão, Carla e Adelaide, obrigada, quero-vos manter por perto.

À minha coordenadora Ana Fina, obrigada pela receção maravilhosa, obrigada pela compreensão, carinho, obrigada por seres tu a estares na porta de entrada, tornaste tudo muito mais fácil.

Às minhas amigas da vida e pelas quais tenho um enorme respeito e uma amizade profunda: Beta, Carla Patrícia, Catarina Fernandes, Ana Assis, Carla Barros, Maria João, Paula Bandeira são as minhas escolhidas!

Aos meus sogros, cunhados e cunhadas, obrigada por fazerem parte da minha vida.

Aos meus pais e ao meu irmão que são o meu pilar e porto seguro, mesmo longe sinto-os perto. Obrigada por tudo, amo-vos incondicionalmente.

Aos meus filhos Matilde e Gabriel e ao meu marido Tiago que foram pacientes nestes últimos tempos e me deram o tempo e espaço necessário para terminar a minha tarefa. São sem dúvida as pessoas mais importantes da minha vida e que eu mais amo.

Resumo

A presente dissertação intitulada “*A Responsabilidade Social Empresarial em Meio Rural e o impacto no Desenvolvimento Sustentável: O exemplo da Casa Ermelinda Freitas, S.A.*” analisa a empresa e as sinergias estabelecidas com a rede social local, bem como a compreensão e descrição do diálogo social estabelecido entre todos os intervenientes, as práticas desenvolvidas, os projetos implementados no âmbito social e o seu impacto na comunidade.

Nesta investigação, os resultados recolhidos através da pesquisa de terreno possibilitaram o registo e a descrição da análise das práticas e dos saberes da Casa Ermelinda Freitas, enquanto projeto solidário para a promoção do desenvolvimento rural e melhoria da qualidade de vida da população.

Para a concretização desta investigação, desenvolvemos um estudo de caso aprofundado de incidência indutiva de modo a demonstrar as sinergias e recursos locais que, quando articulados em diálogo social entre instituições e população, podem constituir um motor para o desenvolvimento social e humano.

Os resultados obtidos permitem-nos sistematizar contributos para a promoção do desenvolvimento social ao nível local, bem como perceber a interligação entre o desenvolvimento da comunidade e as responsabilidades sociais empresariais. São várias as iniciativas e os projetos que se podem implementar, o estabelecimento de parcerias locais, nomeadamente com IPSS que desenvolvem uma resposta articulada, constituem estratégias e uma mais-valia para o desenvolvimento destes projetos. O conhecimento do diagnóstico social local, empreendedorismo social e uma visão sistémica acerca do todo e de todas as partes consagram-se como a melhor estratégia para a implementação e sucesso destas práticas.

Palavras-Chave: Serviço Social, Desenvolvimento Local e Rural, Responsabilidade Social Empresarial, Sustentabilidade, Intervenção Comunitária.

Abstract

This dissertation entitled "*Corporate Social Responsibility in Rural Areas and the impact on Sustainable Development: The example of Casa Ermelinda Freitas, S.A*" analyses the company and the synergies established with the local social network, as well as the understanding and description of the social dialogue established between all stakeholders, the practices developed, the projects implemented in the social area and their impact on the community.

In this study, the results obtained through field research allowed the registration and description of the analysis of practices and knowledge by studying the Casa Ermelinda Freitas, as a solidarity project for the promotion of rural development and improvement of quality of life of the population.

To carry out this research, we develop an in-depth case study of inductive incidence in order to demonstrate the synergies and local resources that, when articulated in social dialogue between institutions and population, can be an engine for social and human development.

The results obtained allowed us to contribute to the promotion of social development at the local level, as well as to understand the interconnection between community development and corporate social responsibilities. There are several initiatives and projects that can be implemented, the establishment of local partnerships, namely with IPSS that develop an articulated response, represent strategies and an added value for the development of these projects. Knowledge of the local social diagnosis, social entrepreneurship and a systemic view of the whole and all parts are enshrined as the best strategy for the implementation and success of these practices.

Keywords: Social Work, Local and Rural Development, Corporate Social Responsibility, Sustainability, Community Intervention.

Índice Geral

Agradecimentos.....	i
Resumo.....	iii
Abstract.....	v
Índice de Figuras.....	ix
Glossário de Siglas.....	xi
Introdução.....	1
CAPÍTULO I - Responsabilidade Social e Desenvolvimento Rural.....	5
1.1. Breve evolução do conceito de Responsabilidade Social empresarial.....	5
1.2. A Responsabilidade Social Empresarial no contexto português.....	9
1.3. Dimensões conceptuais das responsabilidades sociais da Empresa: Dimensão Interna e Dimensão Externa.....	10
1.4. Desenvolvimento Rural e Contexto.....	12
1.4.1. Desenvolvimento Rural.....	13
1.4.2. As políticas de Desenvolvimento Rural.....	14
1.5. Os ODS e a Sustentabilidade Social.....	17
CAPÍTULO II - Desenho da Pesquisa – Método.....	19
2.1. Método.....	19
2.1.2. Técnicas de Recolha de dados.....	23
2.1.3. Técnicas de tratamento de dados.....	23
2.2. Descrição do processo metodológico.....	24
2.2.1. Questões éticas.....	26
2.2.2. Limites e Dificuldades.....	26
CAPÍTULO III - Resultados: apresentação e discussão.....	29
Conclusões.....	39
Referências Bibliográficas.....	43
Fontes.....	47
Anexos.....	49
Anexo A – Carta de Responsabilidade Social.....	50
Anexo B – Quadro Metodológico.....	51

Anexo C – Consentimento Informado	52
Anexo D – Guião de Entrevista – Gestão da Empresa.....	53
Anexo E – Guião da entrevista - Responsável pelo marketing da Empresa	55
Anexo F – Entrevista realizada à Centro S. Pedro (Cáritas Diocesana de Setúbal).....	57
Anexo G – Notícia de um jornal local – Centro Jovem Tabor.....	60
Anexo H – Nota de agradecimento à empresa – Centro Jovem Tabor	61
Anexo I – Melhoria de uma Habitação (Projeto a “Vida de um Vinho”)	62
Anexo J – Nota da Gestão da Empresa ao Centro Jovem Tabor.....	63
Anexo K – Links Áudio Entrevistas	64

Índice de Figuras

Figura 1 - Dimensão Interna e Dimensão Externa das RSE	12
Figura 2 - Mapa Concelho de Palmela	21

Glossário de Siglas

AML - Área Metropolitana de Lisboa
APEE - Associação Portuguesa de Ética Empresarial
CEE - Comunidade Económica Europeia
CER - Conduta Empresarial Responsável
DGSE - Direção Geral das Atividades Económicas
FEADER - Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural
IASSW - International Association of Schools of Social Work
IFSW - International Federation of Social Workers
IPQ.I.P. - Instituto Português da Qualidade, I.P.
IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social
LEADER - Ligação entre Ações de desenvolvimento da Economia Rural
NEETs - Not in employment, education or training
ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONS - Organismo de Normalização Sectorial
PAC - Política Agrícola Comum
PDR - Programas de Desenvolvimento Rural
RNYN - Rede NEET Juvenil Rural
RSE - Responsabilidade Social Empresarial
UE - União Europeia

Introdução

Em Portugal, o setor do desenvolvimento rural passou por várias fases, se no passado foi altamente negligenciado, na atualidade o desenvolvimento rural constitui uma prioridade global da UE.

A entrada de Portugal na CE veio constituir uma viragem e mudança de paradigma relativamente ao setor agrícola. O caminho foi longo e foram várias as estratégias implementadas para a mudança do conceito de ruralidade em Portugal.

As áreas agrícolas beneficiam de um contexto mais dinâmico de desenvolvimento, com uma melhor qualidade de vida, e de uma maior articulação e interdependência internas com outras atividades económicas

Uma empresa localizada no meio rural tem um importante papel em todo o sistema socioeconómico. Nos últimos anos assistimos a uma mudança de comportamento das organizações, as RSE apesar de não serem uma temática recente, continuam a ser um desafio atual para todas as organizações. São várias as orientações e documentos legais que preconizam que o mundo empresarial deve privilegiar, além do seu objetivo de criação de valor as preocupações com os seus colaboradores e com a sociedade onde estão inseridas.

Não é por acaso que a estratégia Europa 2020 criada em 2010 no rescaldo da crise económica e financeira da Europa, preconizava uma estratégia que estabelecia 3 prioridades que se reforçam mutuamente: crescimento inteligente, crescimento sustentável e crescimento inclusivo. A nova ordem global vem desafiar a Europa para uma saída com êxito da crise e para a construção de um mundo sustentável. Efetivamente, o objetivo da estratégia Europa 2020 passava pela criação de mais emprego e a promoção de melhores condições de vida, como referido por Barroso (2010, p. 2) “Esta estratégia demonstra a capacidade da Europa para gerar um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, para encontrar os meios para criar novos postos de trabalho e para propor um rumo claro às nossas sociedades.”.

Segundo Carvalho e Pinto (2014) a inclusão do desenvolvimento sustentável na agenda do Serviço Social é a viva prova da adaptação da profissão e desenvolve-se ao nível macro, micro e meso. Sendo que no nível micro temos o diagnóstico e a intervenção que se baseiam na integração dos problemas ambientais para a compreensão dos problemas individuais e familiares. No nível meso realça-se a intervenção das organizações através da responsabilidade individual e o trabalho comunitário. Quanto ao nível macro, destaca-se a intervenção através do “advocacy”, a influência no processo político, a coesão social e a promoção da justiça ecológico-social. Segundo Amaro (2015) cabe ao Assistente Social assumir o seu papel de mediador e ter a visão global do indivíduo no seu contexto social, económico, político e cultural. O Serviço Social, através da articulação

dos vários níveis (micro, meso e macro) consegue perceber as reciprocidades e interdependências entre eles.

O tema desta investigação refere-se a um estudo sobre a *responsabilidade social empresarial em meio rural e o impacto no desenvolvimento sustentável: o exemplo da casa Ermelinda Freitas, SA*.

A análise de uma empresa e das sinergias estabelecidas com a rede social local, bem como a compreensão e descrição do diálogo social estabelecido entre todos os intervenientes, as práticas que daí decorrem e os projetos implementados no âmbito social e o seu impacto na comunidade é um tema pertinente e que se encontra alinhado com as preocupações e diretrizes das várias agendas nacionais e internacionais relativas ao desenvolvimento sustentável.

Esta investigação pretende desenvolver uma pesquisa de terreno que possibilite o registo e descrição da análise das práticas e dos saberes através do estudo da Casa Ermelinda Freitas, empresa localizada no concelho de Palmela, mais propriamente na União de Freguesias Poceirão/Marateca, enquanto projeto solidário para a promoção do desenvolvimento rural e melhoria da qualidade de vida da população. Para a concretização desta investigação, desenvolveu-se um estudo de caso aprofundado de incidência indutiva de modo a demonstrar as sinergias e recursos locais que, quando articulados em diálogo social entre instituições e população, podem constituir um motor para o desenvolvimento social e humano.

No âmbito das boas práticas em desenvolvimento sustentável do tecido empresarial é fundamental a análise de uma empresa cuja responsabilidade e intervenção não se centra apenas ao nível ecológico ou cultural, mas que também assume relevância ao nível social. As dificuldades na implementação da responsabilidade social das empresas foi tema de análise de diversos autores. Lehtonen (2004), refere que da base tripartida da sustentabilidade nos pilares ambiental, económico e sociocultural, na altura constatou-se que a dimensão social foi a menos trabalhada e discutida que as outras dimensões, predominando a ideia de que o desenvolvimento sustentável é sobretudo uma questão ecológica e ambiental. Contudo, a dimensão da sustentabilidade social torna-se pertinente e tem suscitado interesse. Uma vez que os sistemas políticos e económicos não conseguem controlar os graves problemas sociais e crescentes desequilíbrios socioeconómicos, a dimensão da sustentabilidade social tem vindo a ganhar terreno e constituindo-se como tema central ao nível académico e político (Carvalho e Pinto, 2014).

Esta investigação produziu um maior conhecimento profissional, mas também pretende contribuir para a melhoria da investigação e intervenção no âmbito das responsabilidades sociais da empresa e sensibilizar para futuras parcerias entre o setor empresarial e a área social, como estratégia de desenvolvimento local.

Este estudo de incidência local tem como **Objetivo geral:** A intervenção da Casa Ermelinda Freitas no âmbito da Responsabilidade Empresarial para a promoção do desenvolvimento social local em meio rural e como **Objetivos específicos:** 1 - Caracterizar o contexto socioeconómico

da comunidade local de estudo; 2 - Sistematizar as iniciativas de Responsabilidade Social da Casa Ermelinda Freitas dirigidas à comunidade local no âmbito do desenvolvimento social e rural; 3 - Identificar os impactos da responsabilidade social da empresa no desenvolvimento da rede local para o desenvolvimento sustentável; 4 - Tipificar evidências de desenvolvimento sustentável em meio rural resultantes da intervenção da Casa Ermelinda Freitas; 5 - Elaborar indicadores para uma intervenção colaborativa de desenvolvimento sustentável na relação empresa e qualidade de vida local.

O desenvolvimento desta pesquisa sobre o setor empresarial em meio rural e o impacto das suas ações no desenvolvimento sustentável e desenvolvimento da comunidade iniciou-se com a **pergunta de partida: Quais os contributos da responsabilidade social da empresa para o desenvolvimento sustentável territorial em comunidades rurais?**

Pretendemos com este estudo perceber de que forma as empresas, através das suas ações de responsabilidade social, podem contribuir para a intervenção social local envolvendo atores sociais de diferentes naturezas e áreas de intervenção, visando contribuir para a promoção do desenvolvimento social ao nível local.

Com o objetivo de desconstruir a pergunta de partida foram selecionadas 4 perguntas de investigação:

- 1) Que tipo de sinergias são estabelecidas entre a empresa e as entidades sociais da comunidade local?
- 2) De que forma a comunidade local beneficia da Responsabilidade Social de empresas para o seu desenvolvimento?
- 3) As iniciativas promovidas pela Casa Ermelinda Freitas no âmbito das Responsabilidades Sociais da empresa promovem o desenvolvimento social e humano sustentável?
- 4) As abordagens colaborativas a nível territorial produzem um desenvolvimento local mais sustentável?

Relativamente à estrutura deste estudo, o Capítulo I é constituído por um enquadramento teórico onde se realiza uma breve apresentação do conceito de Responsabilidade Social Empresarial de modo a contextualizar o tema e a sua evolução. São ainda realçadas as duas dimensões das RSE conforme a terminologia do livro verde, a sua dimensão interna e a dimensão externa. De seguida, é também realizada uma abordagem à evolução do conceito na panorâmica nacional. Ainda neste capítulo, foram desenvolvidos temas relacionados com o desenvolvimento rural, políticas de desenvolvimento rural e contextos. Para finalizar esta 1ª parte dedicamos um ponto aos ODS e à sustentabilidade social de modo a enquadrar os temas selecionados na panorâmica internacional da sustentabilidade.

O Capítulo II diz respeito à fundamentação metodológica deste estudo, no qual se inclui a análise do problema, campo empírico da pesquisa, amostra, a justificação das opções metodológicas, bem como as técnicas de recolha e tratamento de dados.

No Capítulo III desta tese é apresentada a análise e a interpretação dos dados recolhidos utilizando a técnica de análise de conteúdo temática através de categorias, tendo como fundamento a pergunta de partida e as questões inicialmente apresentadas a que nos propusemos investigar.

Terminamos esta dissertação com a apresentação das notas conclusivas que contemplam as considerações finais da presente dissertação e inclui perspectivas futuras de investigação que se considerem pertinentes, seguindo-se das respetivas referências bibliográficas, fontes e os anexos que foram identificados ao longo da tese.

Responsabilidade Social e Desenvolvimento Rural

1.1. Breve evolução do conceito de Responsabilidade Social empresarial

O conceito de Responsabilidade Social tem um histórico longo e diverso, não pode ser definido de forma simples, o mesmo não reúne consenso ao nível académico, muitas vezes é utilizado de modo polissémico constatando-se alguma ambiguidade em torno desta aceção. Existem várias definições que foram evoluindo ao longo do tempo de acordo com as conceções ideológicas vigentes. Não obstante o tema das RSE não seja transversal a todas as entidades e empresas, nos últimos anos tem conquistado cada vez mais foco e lugar nas organizações.

Embora as referências às RSE tenham ocorrido várias vezes antes da década de 50, é precisamente esta década que dá início ao que pode ser chamado “*era moderna*” no que diz respeito às definições de RSE (Carroll, 1999). É com a publicação do livro “*Social Responsibilities of the Businessman*”, de Howard Bowen, considerado o pai das *Responsabilidades Sociais Empresariais*, que surge o termo “responsabilidade social empresarial”. Esta obra constituiu um marco no entendimento e sistematização da responsabilidade social das empresas, assumindo esta temática uma nova importância no meio académico e empresarial norte americano (Carroll, 1979).

Até à década de 70 as definições de RSE integram uma forte componente de gestão empresarial associada a obrigações económicas e sociais e na procura de lucro. A partir desta década começa-se a assistir ao aumento das preocupações com o desenvolvimento e com as questões ambientais. Segundo Carroll (1979) o conceito integra, além das obrigações económicas e sociais, as responsabilidades com a sociedade.

A visão ética e as questões legais associadas ao conceito assumem relevância nos anos 80. No início desta década assistia-se às alterações socioeconómicas decorrentes de um mundo em constante movimento e à evolução da civilização tecnológica que traz novas problemáticas e novos desafios para as sociedades. As orientações e pensamentos direcionam-se para um retratamento da sociedade e introspeção no sentido de se encontrarem respostas positivas às constantes demandas sociais, sendo que a entajuda e o envolvimento de todos para encontrar soluções é essencial. Nesta década destaca-se o contributo ao nível teórico de Hans Jonas, filósofo alemão contemporâneo, que promoveu um diálogo crítico e reflexivo em plena época de desenvolvimento tecnológico. A partir da sua obra “*O Princípio da Responsabilidade*” pretende introduzir um novo conceito da época contemporânea, a responsabilidade: “Age de tal forma que

os efeitos da tua ação sejam compatíveis com a permanência de uma vida autenticamente humana sobre a terra” (Jonas, 1979), tendo as suas teorias servido para o desenvolvimento e responsabilidade nas abordagens teóricas e políticas. O seu trabalho centra-se nos problemas éticos provocados pela tecnologia, defendendo que a sobrevivência humana depende dos nossos esforços para cuidar do nosso planeta e do seu futuro, formulando desta forma um novo princípio moral sobre os efeitos da nossa ação no planeta. Ao questionar a civilização tecnológica, Hans abre o caminho na direção de uma nova ética que contemple uma visão de futuro. A sua perspetiva filosófica vem contribuir para as definições e ações sustentáveis, centralizando a sua preocupação com o Homem, as gerações futuras e com a Natureza. A década de 80 é fortemente marcada pelas questões éticas e legais.

Nos anos noventa assistimos à consolidação das mudanças sociais, económicas e tecnológicas, surgindo em 1992, com a Cimeira do Rio, o documento “Agenda 21”¹ que solidificou os três pilares (social, económico e ambiental) do desenvolvimento sustentável. A abordagem acerca das responsabilidades empresariais passa a ser caracterizada pela construção da pirâmide do *triple-bottom-line*² (Slaper & Hall, 2011) ou também conhecido pelo tripé da sustentabilidade, conceito também conhecido como 3 Ps da Sustentabilidade (*People, Planet, Profit*, ou em português, PPL, Pessoas, Planeta, Lucro) onde se fortalece a ideia de que estas três dimensões precisam interagir de maneira holística para que os resultados de uma empresa lhe atribuam o título de sustentável dentro dessa lógica.

A literatura ligada ao termo de RSE não é consensual e surgem autores a tecerem várias críticas quando se considera o potencial da RSE como uma ferramenta para o desenvolvimento e a erradicação da pobreza.

Hopkins (2007) define responsabilidade social empresarial como:

Responsabilidade social empresarial consiste no tratamento dos *stakeholders* de maneira ética e responsável, o que significa um tratamento de maneira considerada aceitável em sociedades civilizadas. Social inclui responsabilidades económicas e ambientais. Os *stakeholders* existem tanto no ambiente interno quanto no ambiente externo da organização. A mais ampla responsabilidade social é criar padrões de vida cada vez mais elevados, enquanto preserva a lucratividade da corporação. (p. 16).

¹ A Agenda 21 consiste num plano abrangente de ação a ser desenvolvido globalmente, nacional e localmente por organizações do Sistema das Nações Unidas, Governos e Grandes Grupos em todas as áreas em que os seres humanos impactam o meio ambiente (United Nations Division for Sustainable Development, 1992).

² A 1ª vez que se falou no *triple-bottom-line* foi em 1994, o grande idealizador desse método foi Jonh Elkington através do lançamento do artigo “The triple Botton Line: What is it and How Does ir work?”

Para Banksa et al. (2016) a abordagem de Hopkins contém uma série de suposições sobre quem decide quais são os critérios para o comportamento socialmente responsável, sugerindo que a RSE é claramente um fenómeno para defender o lucro da empresa apenas.

São múltiplos os pedidos que surgem em todo o mundo para que o setor privado desempenhe um papel mais central no desenvolvimento internacional, impulsionados pela crença de que os “governos” falharam na proteção do planeta, potenciando o subdesenvolvimento de algumas regiões, verificando-se o aumento das desigualdades sociais e situações de pobreza generalizada (Banksa et al., 2016).

Em 2001, a Comissão das Comunidades Europeias definiu a responsabilidade social das empresas como sendo "a integração voluntária de preocupações sociais e ambientais por parte das empresas nas suas operações e na sua interação com outras partes interessadas". (Comissão das Comunidades Europeias, 2001, p. 7). Esta definição é uma das mais utilizadas e considerada das mais abrangentes por englobar as várias dimensões da responsabilidade social.

De acordo com Teixeira (2005, p. 349)

Podemos definir Responsabilidade Social como o grau em que os gestores de uma organização levam a cabo atividades que protegem e desenvolvem a sociedade para além do estritamente necessário para servir os interesses económicos e técnicos da organização, ou seja, a forma como os gestores e colaboradores de uma empresa vêm a sua obrigação de tomar decisões e atuar de forma a proteger, desenvolver e promover o bem-estar dos *stakeholders*³ e da sociedade em geral.

A tendência é para as empresas integrarem na sua missão algo mais do que a obtenção de lucros, desenvolve-se a ideia de fazer mais e melhor pela sociedade assumindo também o setor empresarial a responsabilidade pela sustentabilidade social e ambiental. Os potenciais investidores também se encontram cada vez mais atentos às questões éticas que envolvem o funcionamento da empresa bem como ao comportamento ético com os recursos humanos.

Em 2006 a Comissão Europeia apoiou o lançamento de uma "Aliança Europeia para a Responsabilidade Social das Empresas".

A nova aliança é aberta e são convidadas a expressar voluntariamente o seu apoio as empresas europeias de todas as dimensões. A aliança não é um instrumento jurídico a assinar por empresas – trata-se de um enquadramento político para iniciativas de RSE, novas ou já existentes, lançadas por grandes empresas, por PME e seus representantes. Deverá levar a novas parcerias e novas oportunidades para todas as partes interessadas nos seus esforços para promover a RSE. A iniciativa de hoje é o seguimento de uma

³ *Stakeholders*: Ou partes interessadas, designa todas as entidades que afetam a atividade de uma empresa ou são afetados por ela (investidores, trabalhadores, parceiros comerciais, fornecedores, clientes, credores, comunidade local, associações de cidadão, entidades e o Governo).

ampla consulta com todas as partes interessadas no Fórum Multilateral Europeu sobre RSE, que apresentou o seu relatório final em 2004. A Comissão propõe que se voltem a convocar reuniões deste fórum em 2006 a fim de analisar com todos os intervenientes os progressos em termos de RSE. (Comissão Europeia, 2006).

Tendo em conta a evolução do conceito histórico, político e social da evolução de RSE e de acordo com Teles (2020) conceito de RSE, verifica-se a existência de 4 abordagens distintas acerca deste conceito. A primeira abordagem relaciona-se com as afirmações de Milton Friedman (1970) que considerava que as responsabilidades da empresa deveriam associadas apenas para a obtenção de lucro. A segunda abordagem defende o cumprimento dos padrões morais mínimos, “moral mínima”. A terceira abordagem encontra-se associada na premissa de “fazer o bem”, estando focada nas “obrigações afirmativas”. A última abordagem, a mais relevante na atualidade, está focada nas parcerias e na teoria dos *Stakeholders* fomentando o desenvolvimento económico e social das empresas (Rego et al., 2006, pp. 125-126).

De acordo com a Norma Internacional ISO 260004:2010 a RSE é definida como a responsabilidade assumida por uma organização pelos impactos das suas decisões e atividades na sociedade e no meio ambiente, por meio de um comportamento ético e transparente que:

- Contribua para o desenvolvimento sustentável, inclusive a saúde e o bem-estar da sociedade;
- Leve em consideração as expectativas das diferentes partes interessadas; Esteja em conformidade com a legislação aplicável e seja consistente com as normas internacionais de comportamento; e
- Esteja integrada em toda a organização e seja praticada no contexto das suas relações.

Em 2011, a União Europeia apresentou uma definição mais simplista, mas mais abrangente quando comparada com a definição de 2001 e define Responsabilidade Social como sendo “a responsabilidade das empresas pelo impacto que têm na sociedade.”

Esta necessidade de pensar as questões sociais, ambientais e económicas levou a Comissão Europeia a materializar através da publicação do Livro Verde “Promover um Quadro Europeu para a responsabilidade social das empresas” impulsionando desta forma um debate e fórum Multilateral Europeu sobre RSE.

⁴ A ISO 26000 é uma norma de gestão e liderança que fornece uma orientação sobre princípios e temas subjacentes à responsabilidade social. O Guia foi desenvolvido ao longo de um período de cinco anos por peritos e observadores de países membros da ISO bem como uma variedade de *stakeholders*, organizações não governamentais, do setor público e privado. A ISO 26000 não é um sistema de gestão e não é certificável, no entanto, foi projetado para todos os tipos de organizações, independentemente do tamanho ou da localização e é um documento de referência para empresas que procurem integrar a SER (<https://www.iso.org/>)

Existe ainda o termo Conduta Empresarial Responsável (CER) utilizado pela OCDE que apresenta este conceito como uma contribuição positiva à evolução económica, ambiental e social que tem como meta o desenvolvimento sustentável e atenuar os efeitos adversos associados ao desenvolvimento de atividade de uma empresa.

Tanto as RSE como as CER encontram-se alinhadas com o despertar de consciência de sociedades e de mercados cujos objetivos passam por privilegiar um desenvolvimento de empresas mais inclusivas e sustentáveis, potenciadoras da diversidade e centradas no respeito pelos direitos humanos e preservação ambiental.

O apelo para a inclusão do setor privado no desenvolvimento foi claramente refletido no *Quarto Fórum de Alto Nível* sobre a eficácia da ajuda que decorreu em 2011 em Busan, Coreia. Segundo Banksa, et al (2016), no fórum houve um foco renovado, e uma declaração explícita de que as empresas eram um ‘parceiro igual’ no desenvolvimento.

O documento final da Resolução do Parlamento Europeu, de 25 de Outubro de 2011, sobre o Quarto Fórum de Alto Nível sobre a Eficácia da Ajuda ([2011/2145\(INI\)](#)) definiu prioridades para cooperação em prol do desenvolvimento eficaz, tendo em conta os atores novos e diversificados.

Em Busan, não obstante o papel do setor privado não tivesse ficado tão claro quanto o da “sociedade Civil”, Mawdsley, et al (2014) através de um artigo sugeriram que o fórum que decorreu em Busan pode ser visto “as a pivot point in the emergence of a new ‘development effectiveness’ paradigm”.

Segundo Banksa, et al (2016), esta orientação no papel do setor privado foi novamente firmada na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, realizada de 13 a 22 de junho de 2012 onde se enfatizou o envolvimento do setor privado para o desenvolvimento sustentável.

Devido à quantidade de conceitos e premissas para a definição das RSE não é fácil apontar apenas uma definição, muito embora todos os conceitos sejam complementares uns com os outros, as orientações e disposições legais acerca do tema vêm contribuir para estabelecer alguma uniformização acerca deste tema.

1.2. A Responsabilidade Social Empresarial no contexto português

O compromisso de Portugal com as RSE é firmado em 2009 através da Carta de Responsabilidade Social que foi aprovada pelo DGSE (Direção Geral das Atividades Económicas), este organismo da Administração Pública tem presente, de forma integrada e sistemática a dimensão social e ambiental, comprometendo-se na promoção de diferentes valores.

É de destacar ainda a Associação Portuguesa de Ética Empresarial (APEE) que em 2004 celebrou um protocolo com o Instituto Português da Qualidade, I.P. (IPQ.I.P.) ficando reconhecida a sua qualificação para o exercício de funções de normalização em Portugal, sendo o Organismo de Normalização Sectorial (ONS) no âmbito da Ética e da Responsabilidade Social, detendo as seguintes principais funções:

- Produção de referenciais nos domínios da Ética, da Responsabilidade Social e da Sustentabilidade;
- Suporte e coordenação do trabalho das Comissões Técnicas e respetivas Subcomissões;
- Acompanhamento de Comitês Técnicos / Grupos de Trabalho internacionais que desenvolvem normas nestes domínios;
- Tradução das normas internacionais nestes domínios.

Como resultado dos trabalhos de normalização neste domínio, no Catálogo de Documentos Normativos do IPQ.I.P. [Catálogo de Documentos Normativos do IPQ, I.P.](#),⁵ encontramos as Normas Portuguesas.

A norma 4469 foi publicada a 15 de janeiro de 2019 e pretende demonstrar o compromisso das organizações com as questões da sustentabilidade. Caracteriza-se ainda como um contributo para a resposta das organizações à Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável, preparando-as para novos desafios e tendências da economia global, bem como para a implementação de oportunidades e soluções inovadoras contribuindo para o aumento da exigência e da competitividade. Esta norma contribui também para a melhoria das relações com as partes interessadas, para o aumento da credibilidade e confiança nas cadeias de valor e presença em mercados exigentes a nível social, ambiental e de governação.

1.3. Dimensões conceptuais das responsabilidades sociais da Empresa:

Dimensão Interna e Dimensão Externa

De acordo com a terminologia utilizada no Livro verde, a RSE materializa-se em duas dimensões: uma na vertente interna e outra na vertente externa.

⁵ NP 4460-1 (2007) - Ética nas organizações (parte 1): Linhas de orientação para o processo de elaboração e implementação de códigos de ética nas organizações;
NP 4460-2 (2010) - Ética nas organizações (parte 2): Guia de orientação para a elaboração, implementação e operacionalização de códigos de ética nas organizações;
NP ISO 26000 (2011) - Linhas de Orientação da Responsabilidade Social;
NP 4563 (2018) - Sistema de gestão da ética das organizações – Requisitos;
NP ISO 37001 (2018) - Sistemas de gestão anticorrupção - Requisitos e orientação para a sua utilização;
NP 4469 (2019) - Sistema de gestão de responsabilidade social (parte 1): Requisitos e linhas de orientação para a sua utilização.

Quanto à sua **dimensão interna** (Comissão das Comunidades Europeias, 2001, pp. 8-11) refere-se às questões relacionadas com os trabalhadores e com os aspetos ambientais. As práticas consideradas socialmente responsáveis estão associadas à gestão dos recursos humanos, à saúde e segurança no trabalho; adaptação à mudança (processo de reestruturação) e gestão do impacto ambiental e dos recursos naturais nomeadamente ações que promovam a diminuição do consumo de recursos, redução de desperdícios, resíduos e emissões de poluentes atmosféricos. Esta dimensão foca-se nas condições laborais. A adoção de medidas desta natureza por parte de uma empresa origina um melhor desempenho dos trabalhadores e promove um ambiente interno e saudável. A componente interna inclui ações referentes ao local de trabalho e desempenha um papel essencial para os resultados da organização/empresa. A produtividade, a qualidade e o envolvimento dos colaboradores no seu local de trabalho dependem da motivação e satisfação destes em relação à sua organização.

Santos et al. (2005, p. 52) salienta que “a componente interna da responsabilidade ambiental das empresas refere-se, de uma forma geral, à adoção das políticas e procedimentos internos que conduzem a uma melhoria contínua do desempenho ambiental e à sua introdução no quotidiano da atividade das empresas”.

Relativamente à sua **dimensão externa**, de acordo com as sugestões do Livro Verde, a RSE caracteriza-se por uma adequada integração na comunidade onde estão inseridas e com a qual estabelecem um conjunto de relações, promovendo oportunidades de emprego e contribuindo para o desenvolvimento de uma comunidade próspera e estável. Esta dimensão inclui as relações da empresa com a sociedade, i.e., a sua integração com o meio envolvente, as comunidades locais; as relações com clientes, parceiros comerciais, fornecedores e consumidores; direitos humanos preocupações ambientais globais. Esta dimensão externa das RSE afeta não só com a empresa, mas também todos os que mantêm relações com esta.

O compromisso das empresas no âmbito das suas RSE é sempre uma mais-valia quer aos olhos da sociedade quer dos investidores que cada vez mais se preocupam com as questões éticas e cumprimento das legislações e diretrizes internacionais no âmbito desta matéria.

Figura 1 - Dimensão Interna e Dimensão Externa das RSE



Fonte: Elaboração própria com base na adaptação de Comissão das Comunidades Europeias (2001)

É nesta contextualização que as RSE constituíram a nova estratégia da UE para o período de 2011-2014, enfatizando a responsabilidade social das empresas como um contributo e encontrando-se em clara sintonia com os objetivos da estratégia Europa 2020 para a promoção de um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo.

1.4. Desenvolvimento Rural e Contexto

Os territórios rurais estão historicamente associados ao uso da terra pela agricultura e pela floresta; pelo desenvolvimento de atividades industriais que utilizam a força do trabalho rural e/ou os recursos naturais rurais. A evolução da agricultura portuguesa está estreitamente relacionada com a PAC – Política Agrícola Comum e com toda a legislação e regras associadas e aplicadas em território português.

A criação da UE e da sua PAC está intimamente ligada à história da Europa e surge no rescaldo da II Guerra Mundial. A partir de 1950, após os anos difíceis da fome e miséria e com o objetivo de terminar com as guerras sangrentas entre países vizinhos, da necessidade de reconstrução, da vontade de ter paz, progresso e desenvolvimento, reúnem-se os pressupostos necessários para que os países europeus promovam uma união estreita ao nível político e económico. Desta forma, em 1957, surge o Tratado de Roma que institui a criação da Comunidade Económica Europeia (CEE) e com ela o chamado “Mercado Comum”.

A PAC iniciou pouco mais tarde, em 1962 e foi fundamental para o desenvolvimento da UE. Tinha como objetivo aumentar a produtividade da agricultura e conseguir autoabastecimento alimentar, simultaneamente pretendia proporcionar aos agricultores condições idênticas aos

trabalhadores de outros setores produtivos, mantendo a garantia de preços atrativos para os consumidores.

1.4.1. Desenvolvimento Rural

Nos anos 50, Portugal era essencialmente um país agrícola, desenvolvendo uma atividade assente em métodos tradicionais, pouco evoluída, mal remunerada e cada vez menos atrativa. Em contrapartida, a Indústria era um setor dinâmico e em desenvolvimento onde se assistia à implementação de medidas de protecionismo industrial enquanto a agricultura era palco de um crescente desinvestimento. O setor agrícola evoluiu de forma desfavorável, refletindo-se negativamente na balança comercial deste setor, pois tal como referido por Avillez (2015, p. 23), “A continuação de políticas agrícolas que marginalizam a produção interna de cereais forrageiros e de pecuária extensiva provocou, assim, uma clara rotura do equilíbrio alcançado nas trocas de bens comerciais com o exterior, nos primeiros anos da década de 50.”

A década de 60 e 70 caracterizou-se pela existência de grandes fluxos migratórios para os centros urbanos, sentiu-se também uma acentuada emigração para a Europa, que estava a absorver muita mão-de-obra devido à necessidade de reconstrução, provocando a redução de mão-de-obra agrícola em Portugal.

Se por um lado a emigração constituiu um fator favorável para a economia nacional que viu a redução do desemprego estrutural e o aumento das remessas dos emigrantes por outro a saída dos campos dos ativos potencialmente aptos trouxe várias consequências, nomeadamente a dificuldade de responder à crescente procura alimentar, bem como os agentes económicos se mantiveram resistentes às mudanças de natureza estrutural e técnico-económicas. Avillez, 2015

Em contrapartida a Europa dos Seis e após o dia 1 de janeiro de 1973, a Europa dos Nove, tinham o seu setor agrícola a evoluir desde a década de 60 devido à implementação de uma PAC que se encontrava ajustada aos seus territórios.

Na década de 80, séc. XX, assistia-se, em Portugal, a uma “morte lenta” do setor agrícola, o qual se encontrava desequilibrado, produção estagnada e tecnicamente pouco evoluída muito dependente de mão-de-obra, uma gestão empresarial quase inexistente e com um baixo nível de conhecimentos tecnológicos.

Segundo Avillez (2015) a agricultura portuguesa desempenhou diferentes funções na evolução da economia nacional, identificando 3 fases distintas: a primeira fase vai desde a década que se sucede ao fim da II Guerra Mundial até meados dos anos 60, onde o setor agrícola português tinha como principal função ser um suporte do modelo de industrialização então adotado; a segunda fase, que se prolonga até ao 25 de Abril de 1974, assiste à rotura da agricultura portuguesa com o modelo de crescimento industrial; a terceira fase, vai desde 1974 até à adesão de Portugal na CE, em 1986.

Desde a adesão de Portugal à CE, até aos nossos dias, a agricultura portuguesa confrontou-se com profundas alterações sócio estruturais, técnico-económicas e político-institucionais que foram consequência das alterações económicas, sociais e políticas que afetaram a sociedade portuguesa nestas últimas décadas e particularmente pelas mudanças ocorridas na composição das políticas agrícolas decorrentes da passagem das políticas nacionais para a PAC e das sucessivas reformas e ajustamentos.

Efetivamente assiste-se à implementação de uma política de mercados agrícolas, disponibilização de montantes e fundos estruturais destinados a apoiar a modernização da agricultura através de investimentos públicos e privados destinados essencialmente a ajustamento de processos de produção e de comercialização de produtos potenciando dessa forma o desenvolvimento de zonas rurais em todo o território português.

O desenvolvimento rural é uma área política fundamental e constitui o 2º pilar da PAC, integra medidas correspondentes a pagamentos cofinanciados pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER) e pelos orçamentos de cada Estado Membro relativamente aos respetivos programas de desenvolvimento rural. A agricultura e a silvicultura assumem um papel crucial para a gestão de recursos naturais nas zonas rurais da União Europeia e enquanto plataforma para a diversificação económica das comunidades rurais. Uma das prioridades globais da União Europeia é sem dúvida o reforço da política de desenvolvimento rural.

As políticas e orientações europeias interligam-se no sentido de atribuir mais funções às localidades rurais que não apenas a produção. As áreas rurais são localidades essenciais para a sobrevivência de um país, dando uma contribuição vital para o bem-estar e prosperidade dos países da OCDE. É nestas localidades que são produzidos os alimentos, matérias-primas e serviços ecossistémicos⁶. As explorações agrícolas localizadas em cada um dos territórios são beneficiárias diretas para a criação ou desenvolvimento de atividades de natureza não agrícola, criando fontes de rendimento e de emprego. Estas áreas agrícolas beneficiam de um contexto mais dinâmico de desenvolvimento, com uma melhor qualidade de vida, e de uma maior articulação e interdependência internas com outras atividades económicas aí localizadas.

1.4.2. As políticas de Desenvolvimento Rural

As políticas de desenvolvimento rural constituem um investimento que têm como objetivo o desenvolvimento económico do território e surgem como resposta aos desafios socioeconómicos e ambientais das localidades.

⁶ “Um “ecossistema” é uma combinação complexa e dinâmica de plantas, animais, microrganismos e ambiente natural, que vivem em conjunto como uma unidade e que dependem uns dos outros. “Biodiversidade” engloba todas as inúmeras formas de vida resultantes destas parcerias. Entre os benefícios oferecidos pelos ecossistemas contam-se os alimentos, a água, a madeira, a purificação do ar, a formação do solo e a polinização”. <https://ec.europa.eu/>

A PDR em Portugal foi aprovada pela comissão europeia a 12 de dezembro de 2014, com última alteração em 04/05/2020. Este programa define as prioridades do país no que respeita à utilização dos montantes disponibilizados pelo orçamento da UE e do cofinanciamento Nacional. Mais de um terço do financiamento tem como objetivo aumentar a competitividade do setor agrícola através do investimento em explorações agrícolas, promoção e fixação de jovens agricultores bem como o desenvolvimento de ações de formação destinadas aos agricultores.

O PDR além de ter como objetivo incentivar a modernização e melhoria do desempenho económico e ambiental da agricultura portuguesa, também salvaguarda os cuidados com os recursos naturais, através de incentivos para a florestação, para o aumento das superfícies agrícolas agroambientais ou agricultura biológica. O investimento abrange iniciativas locais que pretendem promover a criação de mais postos de trabalho e melhoria das condições de vida da população rural.

A nova política ativa de desenvolvimento rural da UE contempla objetivos a serem implementados nas zonas rurais europeias e para as populações que aí vivem e trabalham, tendo em conta o desenvolvimento social local.

Existem Programas de Desenvolvimento Rural (PDR) de âmbito regional que traduzem as orientações estratégicas comunitárias e os Planos nacionais dos estados-membros. Estas orientações contemplam estratégias locais de desenvolvimento formuladas e implementadas por parcerias locais representativas das comunidades locais e procuram envolver todos os agentes económicos, agrícolas e não agrícolas, sociais e culturais em torno de uma estratégia e governança comuns. Portugal tem três PDR a funcionar: PRODER (território do continente); PRODERAM (Madeira) e PRORURAL (Açores).

Além das abordagens sectoriais e temáticas e a execução de medidas que constituem os PDR existem também uma abordagem territorial, o programa LEADER (Ligação entre Ações de desenvolvimento da Economia Rural), através deste programa promoveu-se a construção de um novo modelo de desenvolvimento rural onde os agentes locais participam na promoção da estratégia dos seus territórios. Trata-se de uma abordagem de desenvolvimento rural à escala local que procura envolver todos os agentes económicos, agrícolas e não agrícolas, sociais e culturais centrada numa estratégia de governança comuns cujas vantagens resultam para um todo coletivo e territorial. Este programa preconiza um novo olhar sobre o conceito de espaço rural. O local rural passa a ser considerado como um local de inovação e diversificação distanciando-se do antigo conceito associado apenas à produção agrícola.

As principais regras da política de desenvolvimento rural para o período de 2014 a 2020, bem como as medidas de política que os Estados-Membros e as regiões podem adotar encontram-se no Regulamento (UE) n.º 1305/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho de 17 de dezembro de 2013, de acordo com o qual cada PDR financiado pelo FEADER algumas prioridades, nomeadamente:

- 1) Fomentar a transferência de conhecimentos e a inovação nos setores agrícola e florestal e nas zonas rurais;
- 2) Reforçar a viabilidade e a competitividade de todos os tipos de agricultura;
- 3) Incentivar as tecnologias agrícolas inovadoras e a gestão sustentável das florestas;
- 4) Promover a organização de cadeias alimentares, o bem-estar animal e a gestão de riscos na agricultura;
- 5) Promover a utilização eficiente dos recursos e apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono e resistente às alterações climáticas nos setores agrícola, alimentar e florestal;
- 6) Restaurar, preservar e melhorar os ecossistemas relacionados com a agricultura e as florestas;
- 7) Promover a inclusão social, a redução da pobreza e o desenvolvimento económico das zonas rurais.

De acordo com Simões (2020), das várias problemáticas identificadas nas localidades rurais nos países da UE e em países não pertencente à UE são as elevadas taxas de NEETs⁷, sendo os números bem mais elevados nas áreas rurais do que as observadas nas cidades e áreas suburbanas, especialmente nos países do sul, Sudeste e Leste.

Através do financiamento proveniente do Programa Horizonte 2020 correspondente ao Quadro da União Europeia/COST, foi possível a criação de um documento inovador, o “Manual para a classificação das Melhores Práticas de intervenção com NEETs rurais” que constitui uma peça central da colaboração entre todas as partes interessadas envolvidas na chamada RNYN (Rede NEET Juvenil Rural). Este manual contempla contribuições de extrema importância para os próximos esforços de pesquisa e além da RNYN, incluindo: a) uma estrutura metodológica completa para estudos de caso futuros; b) ferramentas práticas para conduzir pesquisas de campo que podem ser combinadas com muitas abordagens metodológicas (qualitativas, métodos mistos, etc.); e, c) critérios estratégicos para conduzir pesquisas em ambientes complexos, como programas comunitários Simões (2020).

A europeização das políticas de juventude levou inevitavelmente a uma convergência dos sistemas de apoio, pelo que tais semelhanças não podem ser ignoradas na análise da eficácia das intervenções. Por conseguinte, este estudo, sólido e aprofundado de pesquisas sobre o contexto que envolve os NEETs rurais, desenvolvido por um conjunto de investigadores provenientes de diferentes países europeus vem contribuir para a promoção de uma política baseada em evidências e criação de programas específicos para esta área, bem como influenciar os formuladores de políticas a optar por soluções que claramente possam produzir mais resultados.

No presente ano, a Fundação “La Caixa”, numa ação conjunta com o BPI, promoveu candidaturas em diversas áreas, nomeadamente na área da deficiência, envelhecimento ativo, luta

⁷ Denominação dada para jovens não Empregados, nem na educação ou formação e que vivem em áreas rurais.

contra a exclusão social e na área rural, nesta última, com a premissa de impulsionar as localidades rurais e prevenir o despovoamento dos meios rurais. As candidaturas destinam-se a apoiar, financeiramente, projetos de instituições privadas sem fins lucrativos que promovam a melhoria da qualidade de vida e a igualdade de oportunidades de pessoas residentes em Portugal que estejam em situação de vulnerabilidade social, nomeadamente as pessoas afetadas no contexto da crise provocada pelo coronavírus. O prémio rural já vai na sua 3ª edição e tem como objetivo apoiar projetos sociais em meio rural.

A Fundação “La Caixa” é uma organização sem fins lucrativos que, desde o início do século XX, trabalha diariamente para conseguir uma sociedade mais igualitária, combatendo as desigualdades e promovendo o bem-estar da sociedade em geral e, em particular, das comunidades mais desfavorecidas. Tem como missão “*Construir uma sociedade melhor e mais justa, dando mais oportunidades às pessoas que mais necessitam*” e encontra-se implantada em Portugal, desde 2018, tendo como objetivos financiar projetos sociais, de investigação, educativos e de divulgação cultural e científica.

Com mais de um século de trajetória, um dos seus princípios de atuação é levar a sua ação social aos territórios onde o Grupo CaixaBank desenvolve a sua atividade financeira, com o objetivo de promover uma sociedade melhor, com enfoque especial nos grupos de pessoas mais vulneráveis.⁸

Estes Prémios encontram-se alinhados com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas contribuindo em especial para os seguintes Objetivos: 1 – Erradicar a pobreza, 3 – Saúde de qualidade, 8 – Trabalho digno e crescimento económico e 10 – Reduzir as desigualdades.

1.5. Os ODS e a Sustentabilidade Social

Os ODS surgem no ano de 2015, ano da definição da Agenda de 2030, que é constituída por 17 ODS e 169 metas que abrangem todas as dimensões dos Direitos Humanos e se interrelacionam provando que, para a implementação de um desenvolvimento sustentável, é necessário realizar esta interconexão transdisciplinar. A Agenda 2030 é uma agenda alargada e ambiciosa e aborda várias dimensões do desenvolvimento sustentável (sócio, económico, ambiental) e que promove a paz, a justiça e instituições eficazes. Os ODS têm como base os progressos e lições aprendidas com os 8 Objetivos de Desenvolvimento do Milénio, estabelecidos entre 2000 e 2015, e são fruto do trabalho conjunto de governos e cidadãos de todo o mundo. A Agenda 2030 e os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: 1 - Erradicar a Pobreza; 2 - Erradicar a Fome; 3 - Saúde de

⁸ <https://fundacaolacaixa.pt/>

Qualidade; 4 - Educação de qualidade; 5 - Igualdade de Género; 6 - Água Potável e Saneamento; 7 - Energias renováveis e acessíveis; 8 - Trabalho digno e crescimento económico; 9 - Indústria, Inovação e Infraestruturas; 10 - Reduzir as desigualdades; 11 - Cidades e comunidades sustentáveis; 12 - Produção e consumos sustentáveis; 13 - Ação climática; 14 - Proteger a vida marinha; 15 - Proteger a vida terrestre; 16 - Paz, Justiça e Instituições eficazes e 17 - Parcerias para a implementação dos objetivos; constituem a visão comum para a Humanidade, um contrato entre os líderes mundiais e os povos e “uma lista das coisas a fazer em nome dos povos e do planeta”.

O Desenvolvimento sustentável é um conceito sistémico que se traduz num modelo de desenvolvimento global que incorpora os aspetos de um sistema de consumo em massa e global, no qual há a máxima preocupação com a natureza e o consumo exagerado de matéria-prima, está associado a um desenvolvimento que se sustenta por si e que tem capacidade de combinar adequadamente o crescimento económico com a proteção dos recursos e a coesão social.

Estocolmo, em 1972, foi palco da 1ª Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano onde decorreu pela primeira vez um debate que incluiu países ricos e pobres. O tema central da conferência foi o estabelecimento de um programa de contenção e prevenção da poluição industrial, num quadro de equilíbrio económico e imprescindível proteção ambiental.

Desta conferência resulta a *Declaration of the United Nations Conference on the Human Environment* e daí surge o Programa das Nações Unidas para o Ambiente.

O conceito de Desenvolvimento Sustentável surge posteriormente, foi apresentado pela primeira vez em 1987 no Relatório Brundtland, elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, criada em 1983 pela Assembleia das Nações Unidas: “O desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades, garantindo o equilíbrio entre o crescimento económico, o cuidado com o ambiente e o bem-estar social.” (Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1987).

Este documento constituiu um parecer fundamental enquanto princípio orientador das futuras estratégias de crescimento e de desenvolvimento humano, chamado de “Agenda Global para a Mudança”, constituindo uma chamada de atenção para as responsabilidades dos estados e das organizações no desenvolvimento, na implementação e na fiscalização de políticas de desenvolvimento económico ambientalmente sustentáveis. Realça a importância da sustentabilidade ambiental e a eliminação da pobreza como aspetos fundamentais para o crescimento com qualidade, que por sua vez deve estar assente em 3 pilares: a economia, a sociedade e o ambiente, aos quais se associa a problemática de *governance*. A partir deste momento, assumiu-se definitivamente que ambiente e desenvolvimento são questões inseparáveis.

CAPÍTULO II

Desenho da Pesquisa – Método

2.1. Método

De acordo com Azeredo (2019)

A investigação, seja de que tipo for, consiste num conjunto de atividades orientadas para busca da verdade científica e para a produção e/ou aprofundamento de conhecimentos científicos que, por sua vez, gerarão novas investigações e novos conhecimentos, mas também permitem tomar decisões. (p. 7).

O presente capítulo pretende apresentar a metodologia (Anexo B) que foi utilizada para o desenvolvimento deste estudo, bem como a delimitação do campo empírico, a unidade de investigação, a fundamentação do método de pesquisa, referir as técnicas de recolha de dados que foram utilizadas e as técnicas de tratamento de dados escolhidas.

Numa investigação social a escolha da metodologia é fundamental para o estudo e estruturação do conhecimento. Por conseguinte e tendo em conta o objetivo geral desta pesquisa, que é *a intervenção da Casa Ermelinda Freitas no âmbito da Responsabilidade Social Empresarial para a promoção do desenvolvimento local em meio rural*, foram selecionados métodos e técnicas adequados ao objeto da pesquisa, bem como a adaptação de uma série de procedimentos, de modo a melhor compreender o fenómeno em estudo e suas representações.

Por conseguinte, para responder ao objetivo geral e objetivos específicos desta investigação desenvolveu-se uma investigação qualitativa, utilizando o método de estudo de caso de incidência indutiva.

Na pesquisa científica a indução é uma forma de raciocínio utilizada na procura do entendimento e do conhecimento, estabelecendo uma relação entre as observações e a Teoria (...). A indução está por trás de qualquer esforço para gerar afirmações gerais baseadas em observações ou esforços para desenvolver teoria a partir de dados empíricos. (Given, 2008 p. 430)

Segundo Jesuíno (1986, p. 215), “O objetivo da investigação científica é não só descobrir e descrever acontecimentos e fenómenos, mas também explicar e compreender porque tais fenómenos ocorrem”. A pesquisa qualitativa é um conceito “guarda-Chuva” e prevê um conjunto de técnicas e procedimentos interpretativos cujo objetivo é essencialmente descrever,

descodificar, traduzir o sentido e não a frequência de eventos ou fenómenos do mundo social (Merriam, 1998).

Esta pesquisa de terreno possibilitou o registo e descrição da análise das práticas e dos saberes através do estudo da Casa Ermelinda Freitas, utilizando uma abordagem qualitativa, uma vez que o objetivo desta investigação é compreender, analisar, interpretar e explicar, pois como referido por Fortin (2003: 22) “neste tipo de abordagem, o investigador “observa, descreve, interpreta e aprecia o meio e o fenómeno tal como se apresentam, sem procurar controlá-los”.

O campo empírico desta investigação é a Casa Ermelinda Freitas e a comunidade local. A parceria que foi selecionada para envolver no estudo foi a “Cáritas Diocesana de Setúbal”, nomeadamente o Centro Comunitário de S. Pedro. Este equipamento social surgiu na sequência do Projeto de Luta Contra a Pobreza “Aprender Para Crescer” e encontra-se localizado em Cajados, União de Freguesias de Poceirão e Marateca, Concelho de Palmela. Caracteriza-se pelo desenvolvimento de uma ação de grande intervenção comunitária, com base no envolvimento da própria população, como forma de adaptar as respostas às suas necessidades, rentabilizando os recursos locais, assim como as potencialidades do meio. É um espaço aberto à população local, no qual podem aceder a todos os serviços disponíveis. A Casa Ermelinda Freitas estabelece uma relação de grande proximidade com esta resposta social local.

De forma a aprofundar ainda mais este estudo e de modo a perceber os impactos das iniciativas da empresa junto da comunidade local foi selecionada uma família, indicada por esta IPSS, que beneficiou de um projeto decorrente de uma das iniciativas estabelecidas entre a empresa e a parceria acima referenciada.

A Casa Ermelinda Freitas é gerida pela Dra. Leonor Freitas há cerca de 20 anos, e tem a particularidade de nos momentos mais difíceis ter sido gerida por mulheres, tendo em conta que casa tem raízes no século passado, mais concretamente em 1920 altura em que a bisavó Leonilde Freitas assumiu o negócio. Nos últimos 20 anos o seu volume de negócios aumentou consideravelmente, atualmente tem 450 hectares de vinha e uma variedade considerável de castas, nomeadamente 29 castas. A qualidade dos vinhos produzidos é reconhecida além-fronteiras contando com uma coleção considerável de prémios nacionais e internacionais, facto que foi possível comprovar através da visita às instalações e visualização dos muitos prémios que tem recebido ao longo do tempo.

Esta empresa encontra-se localizada no Distrito de Setúbal, concelho de Palmela, que é um dos 18 municípios que compreendem a Área Metropolitana de Lisboa (AML) e com aproximadamente 462 Km² é o maior da Península de Setúbal.

Ao nível administrativo o Concelho de Palmela encontra-se dividido em quatro freguesias: Palmela, sede de concelho e centro administrativo; Pinhal Novo, o polo urbano mais dinâmico; Quinta do Anjo, caracterizada pelo seu património natural que coexiste ao lado de uma forte componente industrial; e União das Freguesias de Marateca e Poceirão. Abrangendo uma vasta

área das bacias do Tejo e do Sado, o concelho é um território de transição entre o tipicamente urbano e o meio rural. A localidade de Palmela é também considerada um território heterogéneo por conter áreas territoriais funcionalmente distintas: áreas marcadas como grandes latifúndios; áreas de povoamento disperso, associadas à pequena e média propriedade e áreas de utilização mista.

A União das Freguesias de Poceirão/Marateca, que corresponde à zona nascente é caracterizada por áreas de paisagem marcadamente alentejana, cujos principais traços são a existência de grandes propriedades rurais (herdades) e vastas extensões de montado de sobre – essencialmente usado para a criação de gado bovino, exploração de cortiça, apicultura e caça. Nesta localidade encontram-se as castas que estão na origem do conhecido vinho produzido em região demarcada, bem como da produção da maçã riscadinha, espécie cuja produção está circunscrita a Palmela. Esta zona é caracterizada ainda por ter uma vasta área florestal, sendo que a atividade pecuária tem bastante peso na economia local.

Figura 2 - Mapa Concelho de Palmela



Fonte: Imagem retirada do anuário estatístico de Palmela, o retrato do Concelho em números, 2018; Município de Palmela

O concelho de Palmela é ainda caracterizado pela existência de uma assimetria entre as zonas Nascente e Poente. A zona Poente encontra-se limitada pelo eixo Palmela/Pinhal Novo e é constituído pelas freguesias de Pinhal Novo, Quinta do Anjo e Palmela e é exatamente nestas freguesias que se verifica uma melhor acessibilidade aos núcleos urbanos de Setúbal, Barreiro, Almada e Lisboa, e conseqüentemente um maior dinamismo demográfico, urbano e económico características atrativas para a fixação de empresas

A localidade de Poceirão, entre meados do século XVII – XVIII caracterizava-se por zona de coutada, ou seja, eram terras reservada para pasto, com solos pobres, povoados com mato e pinhais praticamente desabitados.

A partir de meados do século XIX, com o aforamento das terras, procede-se ao cultivo de extensas áreas de sobro e vinha. Com o passar dos anos, este regime de aforamento passou a dar lugar a explorações agrícolas familiares. Embora este território fosse considerado de passagem, a partir de 1861 verifica-se um aumento do número de residentes, começando a surgir várias povoações. A instalação do caminho-de-ferro potenciou um franco desenvolvimento a esta região, ficando o aglomerado conhecido por Poceirão.

Este território é relativamente recente, tem 150 quilómetros quadrados de extensão e a sua principal atividade económica é sem dúvida a atividade agrícola. Verifica-se a existência de centenas de explorações agrícolas e pecuárias, abundância de produtos hortofrutícolas de grande qualidade e bastantes adegas e vinhas.

Efetivamente, a produção vitivinícola nesta localidade é conhecida por todo o território nacional e havendo também relações comerciais ao nível internacional.

A localidade de Marateca é caracterizada por áreas de paisagem marcadamente alentejana, existência de grandes propriedades rurais (herdades) e grandes extensões de montado de sobro, pinhal e olival. O montado é essencialmente usado para a criação de gado bovino, exploração de cortiça, apicultura e caça. A vitivinicultura constitui a atividade mais importante da região, pois produzem-se os vinhos encorpados de ótima qualidade.

2.1.1. Amostra

Com base em Minayo (1994), o campo de pesquisa constitui o “recorte que o pesquisador faz em termos de espaço, representando uma realidade empírica a ser estudada a partir das conceções teóricas que fundamentam o objeto de investigação.

Para a concretização desta investigação desenvolveu-se um estudo de caso aprofundado de incidência indutiva, definindo-se como amostra dois elementos representativos da Casa Ermelinda Freitas, um elemento técnico de uma parceria local e uma família beneficiária de um projeto resultante da sinergia estabelecida entre a empresa e a comunidade local.

De acordo com a definição de Given (2008, p. 797) “uma amostra é o conjunto de fontes de dados reais retiradas de uma população maior de fontes de dados potenciais”. Dentro das duas grandes categorias de amostra que existem (probabilística e não probabilística) a amostragem não probabilística escolhida foi a amostragem não probabilística escolhida foi a amostragem intencional, a escolha recaí sobre a unidade de estudo de caso, a Casa Ermelinda Freitas.

O estudo de caso é uma estratégia de pesquisa que procura examinar um fenómeno dentro do seu contexto, é uma forma de investigar um tópico empírico com um conjunto de procedimentos pré-especificados (Yin, 1997). Triviños (1987, p. 133) define estudo de caso como

“uma categoria de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa aprofundadamente”, motivo pelo qual esta estratégia foi considerada a mais adequada para analisar o tema em questão.

2.1.2. Técnicas de Recolha de dados

A recolha de dados pode ser realizada de diversas formas, para a concretização dos objetivos a que me propus responder optei pela utilização e cruzamento de várias técnicas de recolha de dados, nomeadamente a observação não participante, a entrevista semi-estruturada e pesquisa/análise documental.

Fortin (2003) refere que este tipo de entrevista tem a vantagem de ser mais eficaz na descoberta de informações sobre temáticas complexas e repletas de emoções e sentimentos, pois possibilita uma interação, uma conversa entre o investigador e o sujeito de investigação, o qual vai respondendo às questões que lhes são colocadas. Assim, para a criação das questões das entrevistas criou-se um guião temático que permitisse alguma flexibilidade na formulação das perguntas junto dos entrevistados, tendo havido a preocupação de formular perguntas que possibilitassem a obtenção das respostas pretendidas sem, no entanto, ter um formato fechado ou rígido.

A pesquisa documental foi uma técnica utilizada durante todo o processo de estudo, quer na fase inicial, revisão da literatura, para a recolha do máximo de teoria e informação, como ao longo do estudo. A recolha de informação foi orientada pelo quadro teórico de base, privilegiando-se durante todo o processo investigativo uma interação constante entre a teoria e a pesquisa empírica. Esta exploração temática foi desenvolvida através de análise documental de livros, pesquisas online, pesquisa de artigos de revistas científicas, dissertações de mestrado e doutoramentos e exploração de legislação relacionada com o tema.

2.1.3. Técnicas de tratamento de dados

Após a recolha de dados é imprescindível processá-los no sentido de se obter conclusões e respostas acerca da questão colocada inicialmente. Para o tratamento dos dados desta investigação foi utilizada a técnicas de análise de conteúdo que possibilita a análise de questões e premissas qualitativas.

Numa pesquisa social, a fase de análise de dados reúne três finalidades: estabelecer uma compreensão dos dados recolhidos, confirmar ou não os pressupostos da pesquisa e/ou responder às questões formuladas, e ampliar o conhecimento sobre o tema pesquisado e enquadrá-lo ao contexto cultural do qual faz parte (Minayo, 1994, p. 69).

Esta técnica caracteriza-se por "um conjunto de técnicas de análises das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo de mensagens" Bardin

(2004). Segundo este autor, é nas entrelinhas do discurso aparente, em geral simbólico e polissêmico que descobrimos variadas interpretações. A análise de conteúdo realizada neste estudo pautou-se tendo em conta os seguintes procedimentos metodológicos: “pré-análise, exploração do material e o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação” (Bardin, 2004, p. 89)

2.2. Descrição do processo metodológico

Segundo Minayo (1994) o ciclo da pesquisa é um processo de trabalho em espiral que inicia com um problema ou uma pergunta e termina com um produto provisório capaz de dar origem a novas interrogações.

Após a definição do objeto de estudo, devidamente fundamentado teoricamente, já com a noção dos instrumentos de pesquisa e uma vez que o propósito da investigação era estudar as responsabilidades empresariais de uma entidade localizada no meio rural, procedeu-se, numa primeira fase à auscultação da entidade de modo a avaliar a possível colaboração desta na pesquisa em questão.

Através dos conhecimentos pessoais da investigadora efetuou-se um 1º contacto com o serviço administrativo da Casa Ermelinda Freitas, através do envio de um email, em junho de 2020, ainda na fase do desenho de pesquisa, contextualizando o motivo e propósito do contacto.

De seguida, foi facultado o contacto telefónico da responsável da empresa com a orientação para a investigadora entrar em contacto direto com a gestora. Procedeu-se, portanto, à realização de um 1º contacto telefónico que resultou numa reunião presencial que decorreu em setembro de 2020 na Sede da Casa Ermelinda Freitas.

Nesta 1ª reunião presencial foi possível apresentar a proposta de estudo onde se esclareceu o que se pretendia investigar bem como informar acerca de algumas técnicas de recolha de dados a serem utilizadas, nomeadamente a entrevista, pesquisa documental, observação não participante, que implicaria novas deslocações ao local bem como a cedência de alguns documentos de funcionamento da empresa. Tratou-se de um momento extremamente profícuo que possibilitou a recolha de algumas informações acerca das características da empresa, sua origem e desenvolvimento nos últimos anos. Foi um encontro enriquecedor que veio permitir uma primeira aproximação ao campo empírico.

A 2ª deslocação à Casa Ermelinda Freitas foi realizada em outubro de 2020 e consistiu numa visita guiada às instalações da empresa, onde foi possível observar o seu funcionamento, observar a produção, visitar o museu onde através de uma série de fontes de informação (registos fotográficos, materiais de produção, os variados espaços onde está explanada a história desta atividade que inevitavelmente se encontra ligada à história da família. Esta aproximação gradual

ao campo de pesquisa possibilitou o aumento de conhecimento acerca da área vitivinícola, o funcionamento e características da empresa, bem como estreitou as relações com os elementos que iriam ser entrevistados mais tarde.

Em setembro de 2020 procedeu-se à exploração da literatura acerca da temática subjacente à investigação de modo a poder realizar uma eficaz sustentação teórica e aumentar o nível de conhecimento acerca da temática em questão.

Em agosto de 2021 realizou-se uma nova deslocação ao terreno para a realização de uma 1ª entrevista. Esta entrevista semiestruturada foi aplicada à responsável da Casa Ermelinda Freitas. A 2ª entrevista para recolha de dados empíricos foi realizada também no mês de agosto, foi entrevistado o responsável pelo marketing da empresa que desenvolve uma função de grande proximidade com o órgão de gestão como com os vários *stakeholders* e parcerias da comunidade local.

A 3ª entrevista para recolha de dados empíricos foi realizada em outubro de 2021, entrevistou-se a uma técnica da área social do Centro Comunitário S. Pedro e que é a responsável pela implementação e acompanhamento dos projetos sociais no terreno, é um elemento que tem grande conhecimento acerca do diagnóstico social local, das necessidades das famílias que acompanha e com as quais se encontra em constante contacto e acompanhamento.

O desenvolvimento desta fase processou-se em vários momentos, nomeadamente: construção do guião das entrevistas semi-estruturadas; estabelecimento de contacto com os entrevistados através de envio de email e contacto telefónico para agendamento do dia da entrevista; deslocação ao terreno para a realização das entrevistas; organização dos resultados recolhidos e análise dos resultados.

Num primeiro momento procedeu-se à organização do material a ser analisado conforme os objetivos e as questões estabelecidas e foram definidas as unidades de registo, unidade de contexto, trechos significativos e categorias. Em seguida passou-se à descodificação do conteúdo subjacente ao que foi manifestado, tendo em conta todo o quadro teórico relacionado com o tema que está a ser analisado (Minayo, 1994).

“A categorização é o principal componente da análise qualitativa de dados, por meio da qual os investigadores tentam agrupar os padrões observados nos dados, em unidades ou categorias significativas.” (Given; 2008 p.72)

Sumariamente, nesta última etapa da investigação, para a interpretação dos dados seguiram-se os seguintes passos: ordenação, classificação, análise propriamente dita (Minayo, 2004). Num primeiro momento procedeu-se à **organização dos dados**, ou seja, ao mapeamento de todos os dados obtidos no trabalho de campo (transcrições das gravações, releitura do material, organização dos relatos e dos dados da observação); de seguida fez-se a **categorização dos dados**, i.e, a transformação dos dados em bruto no texto de forma a atingir uma representação do seu conteúdo neste momento foi necessário realizar uma leitura exhaustiva e repetitiva dos textos, das

entrevistas por categorias e estabelecer interrogações para identificar o que surge de relevante. Foi necessário criar categorias, ou seja, etiquetar com base no guião da entrevista; de seguida procedeu-se à leitura de todas as entrevistas efetuadas distribuindo as unidades codificadas; nova leitura das entrevistas por categorias; por fim a análise final, ou seja, a interpretação dos resultados, aqui estabeleceu-se a articulação entre os dados e os referenciais teóricos da pesquisa, respondendo às questões da pesquisa com base nos objetivos, possibilitando a “promoção de relações entre o concreto e o abstrato, o geral e o particular, o abstrato, a teoria e a prática”. (Minayo, 1994).

2.2.1. Questões éticas

De acordo com o código de conduta Iscte, a investigação implica toda a iniciativa que visa gerar conhecimento original através da aplicação de metodologias científicas.

Qualquer investigação científica para ser válida deve promover o cumprimento de padrões éticos e obedecer a um conjunto de princípios e orientações. A presente investigação teve em consideração o código de conduta promovido pelo Iscte “Ética na Investigação”, pelo que os requisitos éticos fundamentais inerentes a todas as pesquisas científicas na área das ciências sociais: *transparência, autodeterminação, confidencialidade e autonomia* foram respeitados durante a elaboração deste estudo.

Os participantes do estudo iniciaram a sua participação com a assinatura do *Consentimento Informado* (Anexo C), o qual foi obtido de forma livre e esclarecida. A gravação das entrevistas foi devidamente autorizada pelos participantes.

2.2.2. Limites e Dificuldades

Este estudo decorreu numa época fortemente marcada pelo contexto pandémico, provocado pelo Covid 19 e que se fez sentir em todo o mundo. Por conseguinte houve necessariamente um ajustamento das rotinas diárias de forma a cumprir com todas as orientações emanadas pelo governo, no entanto foi possível realizar deslocações ao terreno e desenvolver as entrevistas respeitando os cuidados e precauções necessários.

A maior dificuldade sentida ocorreu a meio do processo de investigação porque surge uma mudança ao nível profissional, na sequência de uma candidatura a um concurso público, esta situação levou ao adiamento da entrega da tese devido à necessidade de suspender temporariamente o processo investigativo de modo a poder realizar uma adequada integração na nova entidade profissional.

Relativamente ao acesso ao campo empírico não foram sentidas quaisquer dificuldades, pelo contrário, a investigadora sentiu uma atitude bastante colaborativa por parte de todos os intervenientes facilitando desta forma o processo de recolha de dados.

CAPÍTULO III

Resultados: apresentação e discussão

De acordo com Minayo (1994) esta etapa tem como finalidade estabelecer uma compreensão dos dados recolhidos, confirmar ou não os pressupostos da pesquisa e/ou responder às questões formuladas e ampliar o conhecimento sobre o assunto pesquisado, articulando-o ao contexto cultural da qual faz parte.

Deste modo, para o desenvolvimento deste ponto, vai-se proceder a uma revisão da tese e explicar como se respondeu à pergunta de partida do presente trabalho de investigação: Quais os contributos da responsabilidade social da empresa para o desenvolvimento sustentável em comunidades rurais? Para desconstruir a pergunta de partida privilegiaram-se 4 perguntas de investigação, as quais foram incluídas nos questionários aplicados para a recolha de dados empíricos. Contribuíram também para a desconstrução da pergunta inicial a pesquisa realizada a análise dos documentos recolhidos junto da empresa, bem como a pesquisa online, nomeadamente a exploração dos meios de comunicação que a empresas utiliza para a divulgação dos seus serviços, redes sociais, artigos de jornais, revistas, etc.

Desta forma e após a recolha de todos os dados empíricos, foi possível apurar as sinergias que existem entre a empresa e as entidades da comunidade local; os benefícios que a comunidade local tem decorrentes das práticas de RSE da empresa, que tipo de iniciativas são promovidas pela Casa Ermelinda Freitas e de que forma contribuem para o desenvolvimento social e humano sustentável e finalmente que tipo de abordagens colaborativas devem ser desenvolvidas ao nível territorial que sejam promotoras de um desenvolvimento local mais sustentável.

Tendo como foco principal o objetivo geral desta investigação, que é “A intervenção da Casa Ermelinda Freitas no âmbito da Responsabilidade Empresarial para a promoção do desenvolvimento local em meio rural” esta pesquisa permitiu apurar o seguinte:

Relativamente ao *Contexto socioeconómico da comunidade local* de estudo, definiram-se como categorias de análise o meio rural, união e coesão da comunidade, empregabilidade no meio rural, risco de desertificação, desemprego.

A comunidade a que se refere o estudo é uma comunidade tipicamente rural, embora próxima da área metropolitana de Lisboa partilha as características e fragilidades típicas destes territórios: redes de transporte viários deficitários, isolamento geográfico, a atividade económica predominante é a agricultura, grande rotatividade entre emprego e desemprego devido ao aumento ou diminuição da produção agrícola, risco de intempéries que acabam por desacelerar a atividade agrícola ou mesmo comprometer a sua continuidade e localidades que ficam distantes dos grandes centros urbanos.

“Elevado nº de famílias em situação de fragilidade/vulnerabilidade social; dificuldades ao nível da mobilidade e de acesso aos serviços; baixo nível de escolaridade e de formação; elevada taxa de desemprego e trabalhos precários/sazonais com baixa remuneração.” (parceria)

A Casa Ermelinda Freitas encontra-se localizada no meio rural, a gestão de topo tem consciência das fragilidades do meio envolvente, bem como da necessidade de lutar pela valorização do território rural.

“A dignificação do trabalho rural foi durante anos e anos desprestigiada, e isto é, de facto, um dos nossos grandes, grandes objetivos”; (entrevista gestão de topo)

Trata-se também de uma localidade com um grande sentido de coesão e união entre todos.

“(…) eles ajudavam-se uns aos outros. Porquê? Não havia hipótese ir daqui para Setúbal era complicado e daqui para Lisboa muito mais complicado era. As pessoas criaram umas dinâmicas próprias de interajuda”; (entrevista gestão de topo)

“...estamos muito perto de Lisboa. Há a ambição sempre dos terrenos serem valorizados para construção e, portanto, isto pode levar ao abandono do meio rural, à falta de não desenvolvimento dele”. (entrevista gestão de topo)

As áreas rurais são passíveis de desenvolvimento, estão na agenda política nacional e internacional; uma das prioridades globais da União Europeia é sem dúvida o reforço da política de desenvolvimento rural. Devido às características do meio rural através do programa LEADER o local rural passa a ser considerado como um local de inovação e diversificação distanciando-se do antigo conceito associado apenas à produção agrícola. Este programa preconiza um novo olhar sobre o conceito de espaço rural. A coesão da comunidade assume elevada importância. A abordagem de desenvolvimento rural deve ser feita à escala local que procura envolver todos os agentes económicos, agrícolas e não agrícolas, sociais e culturais centrada numa estratégia de governança comuns cujas vantagens resultam para um todo coletivo e territorial.

As **iniciativas de RSE da Casa Ermelinda Freitas dirigidas à comunidade local no âmbito do desenvolvimento social e rural** manifestam-se de várias formas tanto no âmbito social, educacional e cultural, bem como através da implementação de ações de RSE espontâneas de cariz mais filantrópico, como também se constata a existência de ações mais organizadas que contam com o envolvimento de várias entidades da comunidade.

De acordo com a terminologia do livro verde as RSE da Casa Ermelinda Freitas são visíveis tanto no âmbito da dimensão interna como na sua dimensão externa.

A Dimensão interna refere-se a questões relacionadas com os trabalhadores e com aspetos ambientais (gestão dos recursos humanos, saúde e segurança no trabalho, adaptação à mudança e gestão do impacto ambiental).

“Todos os anos tentamos fazer um passeio ou que possam ver outras, por exemplo, outras adegas ou, por exemplo, ir em uma atividade a Lisboa, ao teatro ou circo, promovemos, arranjam os de transporte e às vezes é a maneira porque há pessoas que têm dificuldade ainda ou a conduzir

para ir a Lisboa ver alguma coisa. Portanto, tentamos de facto também promover atividades que lhes dei em contato com outros meios.” (entrevista gestão de topo)

“Os chefes, porque nós temos vários sectores, todos eles estão motivados para a sempre que sentem que há um problema, puderem quando comunicar à gestão e nós tentarmos ir ao encontro da resolução desse problema para as pessoas se sentirem bem e também poderem-se sentir integrados ou os filhos temos uma grande preocupação que os filhos de facto estejam integrados no que os outros hoje estão” (entrevista gestão de topo)

“gostamos de fazer reuniões entre nós, costumamos de reunir as pessoas para podermos fazer um convívio, e nós usamos muito a comunicação interna. Gostamos de partilhar que vai haver isto, que houve aquilo, que ganhamos estes prémios, ganhamos estas; temos estas novidades, que fomos uma vez mais credenciados com um prémio da melhor empresa e por aí afora” (entrevista gestão de topo)

Através da análise da “Política de Segurança e Saúde no trabalho da Casa Ermelinda Freitas” - (documento cedido pela empresa) e do “Manual de Funções; Referências: EN ISO 9001:2015 e NP EN ISO 22000:2008 (5.4) verifica-se o cumprimento das normas e orientações legais estando também em clara sintonia com as recomendações nacionais e internacionais e com as premissas constantes na Carta das Responsabilidade Social (Anexo A) publicada pela Direção Geral das Atividades Económicas.

No que concerne a dimensão externa (Livro Verde) a RSE refere-se à adequada integração na comunidade onde estão inseridas e com a qual estabelecem um conjunto de relações promovendo o emprego, contribuindo para o desenvolvimento de uma comunidade próspera e estável. Aqui incluem-se as relações da empresa com a sociedade, a sua integração com o meio envolvente, as comunidades locais; as relações com clientes, parceiros comerciais, fornecedores e consumidores; direitos humanos e preocupações ambientais globais. Este nível de dimensão afeta não só a empresa como todos os que mantêm relações com esta.

Além destas evidências inerentes às dimensões acima referenciadas, a Casa Ermelinda Freitas implementa um conjunto de projetos/ações em parceria com outras entidades, ou mesmo apoios pontuais e regulares a entidades que o solicitam nomeadamente:

“A Vida de Um Vinho”⁹ é um projeto social sustentado através do lançamento de um vinho específico, *“com a criteriosa seleção das melhores uvas que dariam origem a um vinho único e exclusivo”*; *“O processo produtivo é acompanhado e acarinhado por personalidades dos mais diversos setores de atividade da sociedade”*. *As vendas deste vinho revertem para apoiar famílias da região.*

⁹ <http://www.avidadeumvinho.pt/>

Projeto de cariz educacional e social desenvolvido junto do **Centro Jovem Tabor**¹⁰ que é uma resposta de acolhimento dirigida a jovens do sexo masculino que se encontrem em situação de risco social. Esta iniciativa consiste no envolvimento dos jovens na plantação e vindima de um hectare de vinha de um terreno que, inicialmente se encontrava abandonado e que está situado ao lado deste equipamento. Através deste projeto a Casa Ermelinda tenta envolver os jovens na vindima desse terreno como forma de potenciar competências e promover o interesse e motivação pelo trabalho vitivinícola. A venda da uva reverte para a Instituição. O projeto inclui vários níveis de envolvimento, nomeadamente a visita à Casa Ermelinda Freitas para acompanharem todo o processo de produção de vinho e poderem observar outras atividades que são necessárias desenvolver até à conclusão do produto final. (Anexo G; Anexo H)

Outra iniciativa onde a Casa Ermelinda Freitas se encontra envolvida é no **Projeto Ser + família; Ser + Comunidade** (Parceria com o Centro Comunitário de S. Pedro) que tem como objetivo apoiar a melhoria das condições habitacionais e integração em mercado de trabalho de utentes acompanhado por este projeto (Anexo I)

Ao longo do ano a Casa Ermelinda Freitas colabora e participa em quase todas as iniciativas da Cáritas Diocesana de Setúbal principalmente por ser da região, mas também colabora com outras campanhas que desenvolvem ao nível nacional:

“Operação “10 Milhões de Estrelas” – todos os anos colaboramos com esta iniciativa; este evento: “10 Milhões de Estrelas – Um Gesto pela Paz” (responsável de Marketing) (Anexo I)

“A operação ‘10 Milhões de Estrelas – Um Gesto pela Paz’ é implementada em Portugal desde 2003 com dois objetivos: sensibilizar para o valor da paz e canalizar donativos para situações de emergência sejam provocadas por conflitos armados ou catástrofes naturais.”¹¹

“Em 2020, a Cáritas Portuguesa identificou as vítimas da pandemia provocada pela propagação do vírus da COVID-19, como causa beneficiária desta percentagem da Operação 10 Milhões de Estrelas. A Cáritas reforça também, desta forma, a ação que, desde março, tem desenvolvido para apoiar os que estão a sofrer diretamente o impacto social desta crise através do programa “Inverter a Curva da Pobreza em Portugal”.

¹⁰ [Jovem Centro Tabor – Solidariedade, Igualdade, Ética e Responsabilidade Social \(centrojovemtabor.com\)](http://centrojovemtabor.com)

¹¹ <https://caritas.pt/estrelas/>

“Em 2019 a verba angariada apoiou a Cáritas de Moçambique na resposta às vítimas dos ciclones Idai e Kenneth, em 2018 a Cáritas da Venezuela, com apoio alimentar a crianças e mulheres grávidas”¹².

A Casa Ermelinda Freitas também se encontra envolvida nas atividades desenvolvidas pela Liga Portuguesa Contra o Cancro. No mês de outubro participa no “Outubro Rosa” contribuindo para o desenvolvimento e impressão de t-shirts cor-de-rosa para serem usados no evento. Ainda no âmbito desta parceria, promove uma caminhada solidária contribuindo para a impressão de chapéus cor-de-rosa para serem usados no evento;

“Sempre que esta entidade solicita apoio ou participação num evento, a Casa Ermelinda Freitas aceita o desafio e colabora monetariamente.” Responsável pelo Marketing

A empresa colabora todos os anos com a **Associação Abraço**, a sua colaboração passa por oferecer o vinho à Associação Abraço, “para poder ser servido na Gala Abraço: *“Esta Gala de angariação de fundos conta com a participação de artistas de renome nacional que, de forma voluntária e gratuita, se associam à nossa causa através da sua arte, motivo pelo qual a ABRAÇO tenta agradecer a generosidade das suas representações através de diferentes ofertas.”*

Os **Cenourinhas**, são uma IPSS local com respostas na Área da Infância e Juventude também recebem apoios financeiros regulares através das iniciativas da empresa. A Casa Ermelinda já investiu na remodelação de uma sala de creche desta IPSS.

Ao **nível educacional** acrescentam-se mais iniciativas, nomeadamente a promoção de visitas educativas: “Visitas das Escolas da Região: para poder partilhar com os mais novos como são feitas vinhas, como é a vindima para poderem perceber a origem da uva e do vinho. Sempre associada sensibilização do consumo do vinho com moderação”

Relativamente aos **impactos da RSE no desenvolvimento da rede local para o desenvolvimento sustentável** verificamos que estes se manifestam de diversas formas, nomeadamente ao nível cultural, social, de criação de emprego na região, desenvolvimento de infraestruturas e consequentemente desenvolvimento do território. Forte sentido de coesão social na localidade onde a empresa se encontra implementada, sendo que este sentimento que mantém o grupo unido e que lhe confere identidade possibilita o crescimento e desenvolvimento conjunto dos membros do grupo.

O crescimento e desenvolvimento responsável da empresa potencia também o crescimento e evolução da comunidade onde esta se encontra integrada.

A Agenda 2030 aborda as várias dimensões do desenvolvimento sustentável (social, económico e ambiental). O cumprimento das orientações legais, normas nacionais e

¹² <https://caritas.pt/estrelas/>

internacionais no âmbito das RSE constituem um contributo para a resposta das organizações à Agenda 2030 de desenvolvimento sustentável.

As premissas nacionais e internacionais são claras “combinar adequadamente o crescimento económico com a proteção dos recursos e a coesão social”.

As evidências de desenvolvimento sustentável em meio rural resultantes da intervenção da Casa Ermelinda Freitas são várias, nomeadamente ao nível da criação de emprego direto e indireto, melhoria das redes viárias, o facto de ser uma empresa conhecida ao nível Nacional e Internacional permite dar visibilidade à região e conseqüentemente torná-la apelativa para a criação de mais negócios que por sua vez vão gerar mais emprego.

Casa Ermelinda privilegia o estabelecimento de trocas comerciais com as empresas e serviços da região e é geradora de empregos diretos e indiretos, uma vez que

“(...) nós acabamos por servir de referência para todas as empresas na região e não só, se calhar também a nível nacional e internacional, com que fornecedores nós trabalhamos, sejam eles fornecedores ou entidades aqui da região ou não, aqueles que fornecem, sei lá, o vidro, a cortiça, o papel, o cartão, todos esses elementos que acabam por fazer aqui parte do nosso universo estão todos bastante bem explícitos. (Responsável pelo Marketing)

“O negócio deles aumenta, porquê? Porque nós vendemos mais garrafas, se vendemos mais garrafas, precisamos de mais cortiça, se nós precisamos de mais cortiça, eles vão ter que ter mais trabalhadores; ou seja, há todo um desenvolvimento que é fora do normal”. (Gestão de topo)

A comunidade onde a Casa Ermelinda Freitas encontra inserida, apesar de estar integrada num território tipicamente rural, tem conseguido crescer e evoluir em simultâneo com a empresa. As A Casa Ermelinda é uma entidade geradora de emprego nesta região e impulsionadora de várias atividades de âmbito social e cultural. O crescimento desta empresa potenciou também o crescimento de outras empresas da região, com a qual a Casa Ermelinda mantém relações comerciais. A gestão de topo faz questão de envolver as pequenas e médias empresas da região, manter uma relação de transparência com as mesmas e desta forma promoverem simultaneamente o seu crescimento económico.

Os colaboradores da empresa da são elementos ativos no território e na dinamização da comunidade. O facto de proporcionarem formação profissional e evolução dentro do posto de trabalho acaba por promover a cidadania ativa dos colaboradores e um aumento da sua visão e participação na comunidade.

“Quer dizer isto são, estamos a falar do rancho folclórico, grande parte deles do rancho folclórico fazem parte dos quadros da empresa. Grande parte das pessoas que trabalham aqui na sede fazem parte também da empresa. Isso acaba por ter uma envolvimento. Nós temos cá, as festas, as festas tradicionais, a mostra de vinhos do Fernão Pó, em que a Casa Ermelinda Freitas

é uma das principais ou das pessoas que mais apoio dá à mesma. O presidente é o adegueiro da Casa Ermelinda Freitas.”

“Grande parte das pessoas que trabalham aqui na sede fazem parte também da empresa. Isso acaba por ter uma envolvimento, as festas tradicionais, a mostra de vinhos do Fernão Pó, em que a Casa Ermelinda Freitas é uma das principais ou das pessoas que mais apoio dá à mesma. O presidente é o adegueiro da Casa Ermelinda Freitas”.

“(…)tudo o que sejam festa das Vindimas, a festas de Fernão Pó, as festas da ... ao fim ao cabo, festas aqui da região, acabamos sempre por ter uma envolvimento maior, porque nós como uma empresa, ou seja, uma das melhores empresas da região, achamos e temos a certeza que temos esse papel a cumprir, ou seja, podemos sempre dar o tal extra Mile ou podemos dar sempre um bocadinho mais em prol, atenção e reforço isto, reforço aqui e reforço em qualquer lado que é, não é por nós ficarmos com destaque, mas sobretudo e acima de tudo, para a região que ficar enaltecida. É esse o nosso papel, ajudar em enaltecer a região vitivinícola da Península de Setúbal, porque nós acreditamos, e achamos que se todos nós unificarmos, vamos muito mais longe, não é?”

Relativamente ao **indicadores para uma intervenção colaborativa de desenvolvimento sustentável na relação empresa e qualidade de vida local** as categorias de análise selecionadas neste tema são o desenvolvimento sustentável, envolvimento dos colaboradores, da comunidade e da rede social local, auscultação e conhecimento do diagnóstico social local, transparência junto dos *stakeholders*, gestão empresarial associada à visão do Serviço Social, empreendedorismo social, visibilidade da empresa nos órgãos de comunicação social, direitos humanos, coesão social.

O Relatório Brundtland define o desenvolvimento sustentável como o “desenvolvimento que procura satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades, significa possibilitar que as pessoas, agora e no futuro, atinjam um nível satisfatório de desenvolvimento social e económico e de realização humana e cultural, fazendo, ao mesmo tempo, um uso razoável dos recursos da terra e preservando as espécies e os habitats naturais”. Este conceito abrange várias áreas e pressupõe um equilíbrio entre o crescimento económico, equidade social e proteção do ambiente.

Por sua vez a abordagem das Responsabilidades sociais é caracterizada pelo conceito conhecido pelo tripé da sustentabilidade, conhecido pelo *triple-bottom-line* (Slaper & Hall, 2011) ou conceito também conhecido como 3 Ps da Sustentabilidade (People, Planet, Profit, ou em português, PPL, Pessoas, Planeta, Lucro) onde se fortalece a ideia de que estas três dimensões precisam interagir de maneira holística para que os resultados de uma empresa lhe atribuam o título de sustentável dentro dessa lógica.

O conceito de RSE segundo Neves e Bento (2005), está diretamente associado ao conceito de desenvolvimento sustentável, na medida em que as suas orientações caminham no sentido da

integração de forma voluntária, de preocupações sociais, ambientais e éticas nas organizações. O desenvolvimento sustentável é um tema central no que se refere à implementação de ações de responsabilidade social conscientes e promotoras de desenvolvimento e coesão social que contribuem para o desenvolvimento da localidade e melhoria da qualidade de vida da população.

São vários os indícios que apontam para uma postura estratégica socialmente responsável por parte da empresa, de modo que esta possa contribuir para uma sociedade mais justa, ecológica, promotora de bem-estar e de crescimento, tendo em consideração o ambiente e o desenvolvimento local.

Foram vários os indicadores detetados tanto através da interpretação das entrevistas como da análise e observação do investigador, que vão ao encontro deste objetivo. A visão da gestão desta empresa está alinhada com as premissas que sustentam o Serviço Social,

“(...) as empresas, os gestores, percebessem o contributo de facto que era de terem uma pessoa de Serviço Social a complementar a área, precisamente social, de perceberem as pessoas, de aproveitar de facto, as características das pessoas e era uma mais valia para a própria empresa aproveitar, desenvolver, quer numa ótica interna para os colaboradores, quer externa, seria uma mais-valia, porque de facto eu sinto que cada vez mais as pessoas não estão, as faculdades não estão a preparar os gestores para a intervenção ao fim ao cabo, também um pouco emocional.”

No que se refere ao treino de competências, promoção do crescimento e valorização das pessoas, de forma a envolvê-las no seu percurso profissional;

“(...) potencializar as capacidades! As pessoas sentirem-se de facto, felizes e realizadas e participativas! Isto foi o curso que me deu.”

“Mas eu acho que é sustentabilidade, só é possível se também valorizarem as pessoas, se as integrarem e se as levarem a acompanhar estas tecnologias e não acho, não vêm preparados para essa parte.”

Relativamente à promoção de uma gestão e cultura empresarial colaborativa, relação de confiança com as entidades e serviços do território também se encontraram várias evidências;

“(...) fundamental para nós podermos intervir e podermos ajudar, podermos colaborar, porque eu gosto mais da palavra colaborar. É fundamental dirigirem os projetos, ao encontro das necessidades locais e eu acho que são as pessoas indicadas com formação em Serviço Social para fazer esse diagnóstico, esse levantamento e podermos ter uma ação, podemos intervir.”

Outros indicadores para uma intervenção colaborativa entre a empresa e as parcerias locais é ter conhecimento do diagnóstico local, de forma a poder estabelecer projetos e iniciativas que vão ao encontro das necessidades reais, auscultar as parcerias, empreendedorismo social e envolvimento de entidades chave da comunidade local nos projetos de âmbito social e nas atividades da empresa. A Casa Ermelinda Freitas aproveita a projeção que tem no mercado e envolve algumas figuras públicas nas causas e iniciativas que promove. Estas iniciativas também contam com o envolvimento dos colaboradores.

“Em 2009 convidámos 9 individualidades da nossa sociedade e fizemos um jantar para provar o vinho e envolvemos novamente os nossos colaboradores. Foram eles que fizeram toda a decoração, foram eles que receberam, ajudaram a receber as pessoas ajudaram, pronto foi ... E a própria Comunidade. Convidámos pessoas aqui também essenciais da Comunidade que são representantes, sei lá, há aqui a Sociedade Recreativa de Fernando Pó que envolve muita gente, convidamos a direção pronto tentámos de facto, envolver ao máximo”.

“Auscultámos, e de facto, e como aqui a Cáritas tem um grande envolvimento comunitário, eles disseram-nos que aquilo que sentiam mais quando iam fazer apoios domiciliários era havia casas muito degradadas, sem casas de banho e, de facto, precisavam muito da dessa verba e nós também, eu fiquei muito cedo, também ficámos satisfeitos porque achamos que a Cáritas era de facto aqui a entidade, uma entidade que nos dava toda a confiança para poder gerir”

“Envolvemos claro, também convidámos a Câmara, convidámos Junta de Freguesia, as entidades aqui, todas da região e inclusivamente também figuras públicas que acabaram por ajudar. O nosso objetivo era que elas divulgassem depois o projeto para depois vender as garrafas”

“(...) eu costumo dizer nós damos, mas recebemos muito também. E é isto que eu acho que é importante que as empresas percebam, percebam que é a colaborando no desenvolvimento das da região, onde estão inseridas, que também vão a ganhar e beneficiar. E eu tenho bem essa noção”.

Conclusões

Com a conclusão deste estudo foi possível perceber quais os contributos da responsabilidade social da empresa para o desenvolvimento territorial em comunidades rurais.

De acordo com os dados sistematizados pela pesquisa empírica e tendo como exemplo a Casa Ermelinda Freitas, constata-se que a visão da empresa é muito mais que uma visão orientada para o crescimento económico e obtenção de lucro. Esta entidade empresarial deixou bem claro logo desde o início, da sua preocupação em devolver à comunidade o crescimento verificado ao longo dos anos. As várias pesquisas realizadas permitiram organizar um conjunto de evidências que confirmam esta afirmação.

Para o **estabelecimento de sinergias** entre a empresa e as entidades da comunidade local é importante que a empresa seja uma entidade que transmita transparência nas suas ações e na relação que estabelece com os *stakeholders*. As sinergias podem ser implementadas através de iniciativas pontuais, regulares ou mesmo organizadas. No caso da Cáritas Diocesana de Setúbal, os primeiros contactos foram estabelecidos de forma espontânea, tanto a parceria como a empresa tinham ambos vontade de unir esforços, as relações entre estas entidades foram-se intensificando ao longo do tempo, ao ponto de neste momento a Casa Ermelinda Freitas estar envolvida em grande parte das iniciativas desenvolvidas pela Cáritas Portuguesa. É importante que a empresa reconheça o papel que a parceria desempenha na comunidade e a causa que defende, como também é necessário que a empresa tenha vontade e sensibilidade para se direccionar para estas ações de âmbito social promotoras de desenvolvimento.

Através deste estudo de caso verificamos também como uma boa prática por parte da empresa a auscultação das entidades que trabalham no terreno de forma a irem ao encontro das necessidades locais, perceberem como se podem constituir uma mais-valia ao nível social e como podem unir esforços para a concretização de iniciativas e projetos conjuntos.

Uma empresa que que exerça adequadamente as suas RSE tanto na sua dimensão interna como na dimensão externa interfere positivamente no desenvolvimento da comunidade local. Além de ser uma entidade geradora de empregos diretos possibilita também a criação de empregos indiretos. Ao desenvolver uma relação de proximidade e de transparência com os vários *stakeholders* e com a sociedade em geral está a contribuir para o um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo.

As várias iniciativas e projetos promovidos pela Casa Ermelinda Freitas no âmbito das RSE e implementadas junto da comunidade local têm um grande impacto no desenvolvimento social e humano e manifestam-se tanto ao nível social, educacional e cultural. A preocupação por parte da empresa para o crescimento e formação dos seus colaboradores permite que estas competências sejam transportadas para fora da esfera da empresa e por sua vez potenciadoras de

desenvolvimento. A capacitação dos colaboradores e o respeito pelos seus direitos são promotores de um desenvolvimento pessoal que se faz repercutir na comunidade onde residem. Estas iniciativas são também promotoras de coesão social. O sentido de coesão e de pertença numa sociedade, onde os seus elementos se sintam úteis e valorizados promove a participação ativa na comunidade e são potenciadoras de cidadania. O estabelecimento de parcerias locais, nomeadamente com as IPSS locais e que desenvolvem uma resposta articulada, constituem estratégias e uma mais-valia para o desenvolvimento destes projetos. O conhecimento do diagnóstico social local, empreendedorismo social e uma visão sistémica acerca do todo e de todas as partes consagram-se como a melhor estratégia para a implementação e sucesso destas iniciativas.

O trabalho colaborativo caracteriza-se como uma estratégia de intervenção fundamental para o desenvolvimento comunitário. As abordagens territoriais locais potenciam um desenvolvimento mais sustentável.

A gestão empresarial com que nos deparamos tem uma visão associada à visão do Serviço Social partilhando temas como o desenvolvimento sustentável e os direitos humanos. Ainda associada a esta visão identificou-se uma genuína preocupação pelo envolvimento dos colaboradores nas atividades internas e externas desenvolvidas pela empresa. A relação que esta entidade empresarial mantém com os seus funcionários cumpre não só as orientações normativas e recomendações de boas práticas, como ultrapassa o expectável colaborando ativamente para crescimento e formação dos seus colaboradores bem como potenciando a união e coesão do grupo.

Estas ações internas junto dos colaboradores repercutem-se na comunidade uma vez que também estes fazem parte da comunidade local constituindo-se como um verdadeiro capital humano também na localidade onde residem.

Relativamente às parcerias estabelecidas, a estratégia colaborativa afigura-se como a melhor forma de envolvimento destas entidades na prossecução dos objetivos pretendidos. No estudo de caso apresentado, constata-se que a empresa tem uma visão sistémica em relação à comunidade e aos *stakeholders*, esta capacidade de visualizar o todo e a interdependência de todas as suas partes permite, além de ter uma visão bastante abrangente, compreender toda a interligação entre todos.

O Serviço Social apresenta um grande contributo na implementação das RSE dadas as características da profissão e experiência na área de intervenção comunitária, contemplando uma metodologia de intervenção diversa e baseada em instrumentos e métodos disciplinares das ciências sociais. Tendo em conta a definição aprovada pela Assembleia Geral da IFSW e da IASSW em Julho de 2014, em Melbourne, que define o “*Serviço Social como uma profissão que promove o desenvolvimento e a mudança social, a coesão, o empowerment e a promoção da Pessoa. Os princípios de justiça social, dos direitos humanos, da responsabilidade coletiva e do respeito pela diversidade são centrais ao Serviço Social. Sustentado nas teorias do Serviço*”

Social, nas ciências Sociais, nas humanidades e nos conhecimentos indígenas, o Serviço Social relaciona as Pessoas com as estruturas sociais para responder aos desafios da vida e à melhoria do bem-estar social” “A visão, missão e valores subjacentes ao Serviço Social entrecruzam-se com os propósitos subjacentes às RSE sendo, constituindo uma mais valia nesta área.

As orientações dirigidas ao mundo empresarial no âmbito do cumprimento das suas práticas de Responsabilidade Social incentivam ao desenvolvimento de uma atividade económica que não se esgote apenas na criação de valor. As preocupações com os seus colaboradores, processos internos e com a sociedade onde se encontram inseridos são a palavra de ordem e encontram-se claramente expressos no conceito de RSE constantes no “Livro Verde” e materializadas na definição da dimensão interna e externa das RSE.

As empresas que queiram genuinamente cumprir com as premissas das RSE devem desenvolver uma ação concertada com o conhecimento e práticas desenvolvidas pelo Serviço Social ao nível da intervenção comunitária e outras estratégias de ação desenvolvidas no âmbito da prática da profissão de Assistente Social. Desenvolver uma gestão aberta ao estabelecimento de parcerias, auscultação das necessidades locais, conhecimento do diagnóstico local e capacidade de envolvimento com as entidades chave da comunidade, implementação de projetos e estabelecimento de parcerias aproveitando os recursos e respostas existentes na comunidade, promoção do diálogo social bem como ter uma visão sistémica relativamente a todo o contexto interno ou externo da empresa são características necessárias que auxiliam a implementação das práticas de RSE. Ao nível interno o respeito e cumprimento dos direitos humanos, a não discriminação, a promoção da inclusão e do crescimento e evolução do capital humano constituem uma mais-valia para a organização e para a comunidade onde se encontra inserida.

Referências Bibliográficas

- Amaro, I. (2015). *Urgências e emergências do Serviço Social: Fundamentos da profissão na contemporaneidade*. Universidade Católica.
- Avillez, F. (2015) A agricultura portuguesa: As últimas décadas e perspectivas para o futuro (Ensaio de fundação, 53). Fundação Manuel dos Santos.
- Azeredo, Z. (2019). *Teoria e prática em investigação qualitativa*. Edições Piaget.
- Banksa, G., Scheyvensa, R., McLennana, S., & Bebbingtonb, A. (2016). Conceptualising corporate community development. *Third World QuarTerly*, 37(2), 245–263. <http://dx.doi.org/10.1080/01436597.2015.1111135>
- Bardin, L. (2004). *Análise de conteúdo* (3º Ed.). Edições 70.
- Barroso, J. M. (2010). Prefácio. In *Comunicação da União Europeia: Europa 2020: Estratégia para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo* (p. 2). Comissão Europeia. https://www.compete2020.gov.pt/admin/fileman/Uploads/Documents/Estrategia_europa2020.pdf
- Barth, E. T. (2003). A análise de dados na pesquisa científica: Importância e desafios em estudos organizacionais. *Desenvolvimento em Questão*, 1(2),177-201. <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=75210209>
- Bowen, H. R. (1953). *Social responsibilities of the businessman*. Harper & Row.
- Carroll, A. B. (1979). A three-dimensional conceptual model of corporate social performance. *Academy of Management Review*, 4, 497-505.
- Carroll, A. B. (1999). Corporate social responsibility: Evolution of a definitional construct. *Business & Society*, 38(3), 268–295. <https://doi.org/10.1177/000765039903800303>
- Carvalho, M. I. de, & Pinto, C. (Eds.). (2014). *Serviço social: Teorias e práticas*. Factor
- Comissão das Comunidades Europeias. (2001). *Livro verde: Promover um quadro europeu para a responsabilidade social das empresas*. Comissão das Comunidades Europeias. https://www.europarl.europa.eu/meetdocs/committees/empl/20020416/doc05a_pt.pdf
- Comissão Europeia (2006, 22 março). Lançamento da "Aliança Europeia para a Responsabilidade Social das Empresas" [Comunicado de imprensa]. https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/pt/IP_06_358
- Comissão Europeia. (s.d.). *Desenvolvimento rural*. https://ec.europa.eu/info/food-farming-fisheries/key-policies/common-agricultural-policy/rural-development_pt
- Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. (1987). *Brundtland Report: Our common future*. Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. http://www.are.admin.ch/imperia/md/content/are/nachhaltigeentwicklung/brundtland_bericht.pdf?PHPSESSID=289695b0936a8b083675eb99 (wordpress.com)
- Duffy, M., & Chenail, R. J. (2009). Values in Qualitative and Quantitative Research. *Counseling and Values*, 53 (3), 22-38. <https://doi.org/10.1002/j.2161-007X.2009.tb00111.x>
- Flick, U. (2005). *Métodos qualitativos na investigação científica*. Lisboa: Monitor
- Fortin, M.-F. (2003). *O processo de investigação: Da conceção à realização* (3.ª Ed.). Lusociência

- Friedman, M. (1970, 13 setembro). The social responsibility of business is to increase its profits. *New York Times Magazine*. <http://websites.umich.edu/~thecore/doc/Friedman.pdf>
- Given, L. M. (Ed.) (2008). *The sage encyclopedia of qualitative research methods*. Sage.
- Hopkins, M. (2007). *Corporate social responsibility and international development: are corporations the solution?*. Earthscan. http://www.untag-smd.ac.id/files/Perpustakaan_Digital_1/CORPORATE%20SOCIAL%20RESPONSIBILITY%20Corporate%20Social%20Responsibility%20and%20International%20Development.pdf
- Jesuino, J. C. (1986). O método experimental nas Ciências Sociais. In A. S. Silva, & J. M. Pinto (Eds.), *Metodologia das ciências sociais* (14ª ed., pp. 215-249). Edições Afrontamento
- Jonas, H. (1979). O princípio responsabilidade: Ensaio de uma ética para a civilização tecnológica. RJ: Contraponto / PUC-RIO
- Lehtonen, M. (2004). The environmental-social interface of sustainable development: capabilities, social capital, institutions. *Ecological Economics*, 49, 199-214. <https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2004.03.019>
- Long, A. (2018). Social work grand challenges: Leaders' perceptions of the potential for partnering with business. *Social Work*, 63(3), 201–209. <https://doi.org/10.1093/sw/swy015>
- Mawdsley, E., Savage, L., & Kim, S.-M. (2014). A 'post-aid world'? Paradigm shift in foreign aid and development cooperation at the 2011 Busan High Level Forum. *The Geographical Journal*, 180, 27-38. <https://doi.org/10.1111/j.1475-4959.2012.00490.x>
- Merriam, S. B. (1998). *Qualitative research and case study applications in education: Revised and expanded from 1 case study research in education*. Jossey-Bass Publishers.
- Minayo, M. C. de S. (Ed.). (1994). *Pesquisa social: Teoria, método e criatividade*. Vozes. <https://ria.ufrn.br/jspui/handle/123456789/748>
- Neves, J., & Bento, L. (2005). Traditional values and the pressures of transformation. In A. Habish, J. Jonker, M. Wegner, & R. Schimpeter (Eds.), *Corporate social responsibility across Europe* (pp.303-314). Springer Berlin.
- Peña Miranda, D. D., & Serra Cantallops, A. (2013). La práctica responsabilidad social empresarial. Estudio de caso en el sector turístico. *Innovar*, 23(49), 101-113. <https://revistas.unal.edu.co/index.php/innovar/article/view/40518>
- Rego, A., Cunha, M. P., Guimarães, N., Gonçalves, H., & Cabral-Cardoso, C. (2006). *Gestão ética e socialmente responsável: Teoria e prática*. RH Editora
- Resende, R. (2016). Técnica de investigação qualitativa: ETCI. *Journal of Sport Pedagogy & Research*, 2(1), 50-57.
- Santos, M. J. N., Silva, J. L. A., Henriques, P. L., & Eusébio, C. (2005). *Desenvolvimento sustentável e responsabilidade empresarial*. Celta Editora
- Silva, A. S., & Pinto, J. M. (Eds.). (1999). *Metodologia das Ciências Sociais*. Edições Afrontamento.
- Simões, F. (2020). Preface. In C. Petrescu, E. Erdogan, & P. Flynn, P. (Eds.), *Manual for the classification of intervention best-practices with Rural NEETs.. COST Action CA 18213: Rural NEET Youth Network: Modeling the risks underlying rural NEETs social exclusion*. <https://myobservatory.eu/web/Publications/ManualBest-PracticesNEETs.pdf>

- Slaper, T. F., & Hall, T. J. (Spring, 2011). The triple bottom line: What is it and how does it work?. *Indiana Business Review, Spring*, 4-8. <http://www.ibrc.indiana.edu/ibr/2011/spring/article2.html>
- Teixeira, S. (2005). *Gestão das organizações* (2.ª ed.). Verlag Dashofer.
- Teles, H. (2020). *Serviço social nas empresas: Práticas de responsabilidade social*. Pactor
- Triviños, A. N. S. (1987). *Introdução à pesquisa em ciências sociais: A pesquisa qualitativa em educação*. Atlas. <https://www.hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/Trivinos-Introducao-Pesquisa-em-Ciencias-Sociais.pdf>
- United Nations Division for Sustainable Development. (1992). Agenda 21. United Nations Division for Sustainable Development. [Agenda21.doc \(un.org\)https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/Agenda21.pdf](https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/Agenda21.pdf)
- Vilelas, J. (2009). *Investigação: O processo de construção do conhecimento*. Edições Sílabo
- Yin, R. K. (1994). *Pesquisa estudo de caso: Desenho e métodos* (2 ed.). Bookman.

Fontes

- COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES O futuro da alimentação e da agricultura. COM/2017/0713 final/2. <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?qid=1617832087687&uri=CELEX%3A52017DC0713R%2801%29>
- Direção-Geral das Atividades Económicas. (s.d.). Responsabilidade social das empresas. <https://www.dgae.gov.pt/servicos/sustentabilidade-empresarial/responsabilidade-social-das-empresas.aspx>
- European Anti Poverty Network. (2011). A Estratégia Europa 2020. European Anti Poverty Network. https://www.eapn.pt/iefp/docs/Estrategia_Europa_2020.pdf
- REGULAMENTO (UE) N.º 1310/2013 DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO de 17 de dezembro de 2013. Jornal Oficial da União Europeia. <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX:32013R1305>
- United Nations Division for Sustainable Development. (1992). Agenda 21. United Nations Division for Sustainable Development. [Agenda21.doc \(un.org\)https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/Agenda21.pdf](https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/Agenda21.pdf)

Anexos

Anexo A – Carta de Responsabilidade Social



Direcção-Geral das Actividades Económicas

Carta de Responsabilidade Social

A Direcção-Geral das Actividades Económicas é um organismo da Administração Pública que tem presente, de forma integrada e sistemática, a dimensão social e ambiental nas vertentes da sua organização interna e do seu relacionamento externo, bem como no âmbito da prossecução das suas atribuições e competências de regulamentação e de apoio à formulação das medidas de política económica, de inovação e de sustentabilidade empresarial. Neste contexto, a Direcção-Geral compromete-se a promover:

- 1. O bem-estar de todos os seus colaboradores, ao proporcionar boas condições de trabalho, em especial de saúde, higiene e segurança, tomando as medidas adequadas para prevenção de acidentes e danos à saúde;*
- 2. Uma cultura de organização assente em métodos de trabalho estimulantes e participativos, incentivando um espírito de harmonia, cooperação e entrosada entre os seus colaboradores, dando espaço à pluralidade das opiniões no respeito pela diversidade, independentemente da sua situação hierárquica na organização, escolaridade, condição de saúde e socio-económica;*
- 3. A valorização pessoal e a realização profissional de todos os colaboradores, procurando assegurar perspectivas de progressão na carreira e estimular a melhoria dos níveis de formação e qualificação, por forma a procurar corresponder às suas expectativas e necessidades e para que possam realizar a sua actividade de forma eficiente e integrada, num contexto de aprendizagem ao longo do ciclo de vida;*
- 4. A conciliação entre a vida pessoal e familiar dos seus colaboradores com as necessidades e os objectivos da organização, facilitando sempre que possível a adopção de regimes de horário flexíveis, de forma a conferir especial importância à dimensão privada dos mesmos;*
- 5. O respeito pelo direito de todos os colaboradores à organização e actividade associativa, sindical e política;*
- 6. A condenação de qualquer acto de discriminação por género, raça, classe social, nacionalidade, religião, deficiência, orientação sexual e idade;*
- 7. Uma maior consciencialização e responsabilização ambiental sobre a utilização dos recursos, assente numa lógica de prevenção de riscos ambientais, de familiarização com tecnologias amigas do ambiente, de opção por modos de trabalho e de utilização de meios e equipamentos amigos do ambiente, incorporando preocupações de racionalização dos consumos internos e de combate ao desperdício;*
- 8. A integração de preocupações de responsabilidade social, na condução da sua missão de regulamentação e de apoio à formulação das medidas de política económica e de inovação, para os sectores industrial, do comércio e dos serviços;*
- 9. A adopção pelos operadores económicos de instrumentos e boas práticas de responsabilidade social, em especial para as PME, bem como das linhas directrices da OCDE para as empresas multinacionais;*
- 10. A participação activa nas instâncias comunitárias e internacionais onde são definidas orientações de responsabilidade social das empresas, bem como em instâncias multi-organizacionais a nível nacional em domínios como o combate à pobreza, a igualdade de oportunidades e a integração de cidadãos portadores de deficiência;*
- 11. A difusão e adopção de medidas de combate à corrupção, em todas as suas formas de expressão;*
- 12. A participação da Direcção-Geral e dos seus colaboradores em iniciativas de Responsabilidade Social junto da comunidade local.*

Lisboa, 31 de Julho de 2009

Anexo B – Quadro Metodológico

Objeto de estudo	Casa Ermelinda Freitas e a Rede Social Local
Objetivo Geral	A intervenção da Casa Ermelinda Freitas no âmbito das Responsabilidade Social Empresarial para a promoção do desenvolvimento social local em meio rural
Objetivos Específicos	<ul style="list-style-type: none"> • Caracterizar o contexto socioeconómico da comunidade local de estudo; • Sistematizar as iniciativas de Responsabilidade Social da Casa Ermelinda Freitas dirigidas à comunidade local no âmbito do desenvolvimento social e rural; • Identificar os impactos da responsabilidade social da empresa no desenvolvimento da rede local para o desenvolvimento sustentável; • Tipificar evidências de desenvolvimento sustentável em meio rural resultantes da intervenção da Casa Ermelinda Freitas; • Elaborar indicadores para uma intervenção colaborativa de desenvolvimento sustentável na relação empresa e qualidade de vida local.
Enquadramento Teórico	Responsabilidade Social Empresarial; Responsabilidade Social Empresarial; Contexto Nacional; Dimensão Interna e Dimensão Externa das RSE Desenvolvimento Rural Políticas de Desenvolvimento Rural Os ODS e a sustentabilidade Social
Modelo de Análise	Metodologia Qualitativa Estudo de caso Abordagem indutiva
Pergunta de Partida	“Quais os contributos da responsabilidade social da empresa para o desenvolvimento sustentável territorial em comunidades rurais?”

Anexo C – Consentimento Informado

Consentimento Informado

Esta investigação é de carácter académico, sendo realizada no âmbito da Dissertação de Mestrado em Serviço Social do Iscte - Instituto Universitário de Lisboa, sendo orientador o Professor Doutor Jorge Ferreira, tendo como tema: "A Responsabilidade Social Empresarial em meio rural e o impacto no desenvolvimento sustentável: o exemplo da Casa Ermelinda Freitas".

A presente entrevista surge como instrumento de recolha de dados, no sentido de responder aos objetivos definidos.

A sua identidade permanecerá no anonimato, sendo as informações recolhidas nesta entrevista confidenciais, e apenas utilizadas na realização da investigação da Dissertação de Mestrado.

Este trabalho de pesquisa orienta-se pelas normas éticas e de proteção de dados aplicáveis a trabalhos de pesquisa académica.

Agradeço a sua participação,

Cristina Morais

Declaro ter lido e compreendido este documento, bem como as informações verbais que me foram fornecidas pela investigadora. Desta forma, aceito participar nesta investigação no âmbito da Dissertação de Mestrado em Serviço Social, fornecendo a informação de forma informada e voluntária.

Assinatura

Lisboa, ____ de _____ de 2021

Anexo D – Guião de Entrevista – Gestão da Empresa

Guião de Entrevista

O presente guião de entrevista foi elaborado na sequência da realização de um trabalho de pesquisa para a dissertação de Mestrado em Serviço Social, ministrado pelo Iscte - Instituto Universitário de Lisboa, subordinada ao tema: “A Responsabilidade Social Empresarial em Meio Rural e o impacto no Desenvolvimento Sustentável: O Exemplo da Casa Ermelinda Freitas”, sob a orientação do Prof. Dr. Jorge Manuel Leitão Ferreira. O trabalho de pesquisa em curso tem como objetivo geral analisar o contributo da Casa Ermelinda Freitas para o desenvolvimento social local no espaço rural. Para cada entrevista será associado um código, com o objetivo de numerar a entrevista e a mesma será realizada presencialmente, em conformidade com as orientações emanadas pela da Direção Geral da Saúde no âmbito do contexto de pandemia provocado pelo COVID 19, fazendo uso de gravação da mesma de modo a poder facilitar o trabalho aquando da transcrição do mesmo. Ressalvo, ainda, que será garantida a confidencialidade e o anonimato relativamente a todas as informações que me forem confiadas.

Data da aplicação: ___/___/___

Nº da entrevista: _____

PARTE I

Caracterização sociodemográfica:

- Sexo: _____
- Idade: _____
- Formação académica: _____
- Função Profissional: _____
- Área de intervenção: _____
- Local de trabalho: _____

PARTE II

Questões:

- 1 – Qual foi o 1º projeto social que a empresa desenvolveu na comunidade local?
- 2 – Como foi estabelecida essa parceria e como envolveram a população no projeto?
- 3 – Porque é que escolheram esse projeto e de que forma pensaram que podia constituir uma mais valia para o local onde a empresa se encontra implantada para a empresa e para as pessoas residentes no local?
- 4 - Da sua experiência que competências identifica num assistente social para ser empreendedor?
- 5 – Que estratégia ou estratégias deve promover uma empresa de âmbito rural para a inclusão social e bem-estar da população é que descreve a estratégia utilizada para desenvolver uma empresa de âmbito rural integrando uma dimensão de solidariedade social com a população?
- 6 - Como olha para o serviço social como campo de intervenção de desenvolvimento rural e local?
- 7 - A Dra. Leonor tem formação em Serviço Social e esta empresa beneficiou por ter. Acha que faz sentido noutras empresas e ou em empresas haver um assistente social a colaborar com a gestão neste tipo de intervenção e de parcerias? Qual é a sua opinião?

MUITO OBRIGADO

Anexo E – Guião da entrevista - Responsável pelo marketing da Empresa

Guião de Entrevista

O presente guião de entrevista foi elaborado na sequência da realização de um trabalho de pesquisa para a dissertação de Mestrado em Serviço Social, ministrado pelo Instituto Universitário de Lisboa, subordinada ao tema: “A Responsabilidade Social Empresarial em Meio Rural e o impacto no Desenvolvimento Sustentável: O Exemplo da Casa Ermelinda Freitas”, sob a orientação do Prof. Dr. Jorge Manuel Leitão Ferreira. O trabalho de pesquisa em curso tem como objetivo geral analisar o contributo da Casa Ermelinda Freitas para o desenvolvimento social local no espaço rural. Para cada entrevista será associado um código, com o objetivo de numerar a entrevista e a mesma será realizada presencialmente, em conformidade com as orientações emanadas pela da Direção Geral da Saúde no âmbito do contexto de pandemia provocado pelo COVID 19, fazendo uso de gravação da mesma de modo a poder facilitar o trabalho aquando da transcrição do mesmo. Ressalvo ainda que será garantida a confidencialidade e o anonimato relativamente a todas as informações que me forem confiadas.

Data da aplicação: ____/____/____

Nº da entrevista: _____

PARTE I

Caracterização sociodemográfica:

- Sexo: _____
- Idade: _____
- Formação académica: _____
- Função Profissional: _____
- Área de intervenção: _____
- Local de trabalho: _____

PARTE II

Questões:

1 – Tendo em conta que uma gestão preocupada e direcionada com os *stakeholders* “partes interessadas” da empresa (empregados, clientes, grupos políticos, fornecedores, concorrentes, comunidade local, etc.) constitui um modelo empresarial que tem em consideração as exigências dessas partes interessadas, em oposição aos modelos liberais que passavam pela maximização dos lucros e processos pouco transparentes; que *stakeholders* (partes interessadas) identifica como cruciais para o desenvolvimento da empresa. E como esses *stakeholders* influenciam o modelo de gestão da empresa.

2 – Quais as iniciativas de Responsabilidade Social da Casa Ermelinda Freitas dirigidas à comunidade local no âmbito do desenvolvimento social e rural estão a ser desenvolvidas? (descrição dos projetos)

3 – Que entidades parceiras se encontram envolvidas? E participa no projeto alguma comissão ou associação de moradores ou representante da população?

4 – Quais as estratégias empresariais de comunicação que são utilizadas para estabelecer parcerias e promover o diálogo com as mesmas, incluindo a população?

5 – Com base na sua experiência pode descrever ou identificar os ganhos de benefício das pessoas residentes no local?

MUITO OBRIGADO

Anexo F – Entrevista realizada à Centro S. Pedro (Cáritas Diocesana de Setúbal)

Guião de entrevista

O presente guião de entrevista foi elaborado na sequência da realização de um trabalho de pesquisa para a dissertação de Mestrado em Serviço Social, ministrado pelo ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, subordinada ao tema: “A Responsabilidade Social Empresarial em Meio Rural e o impacto no Desenvolvimento Sustentável: O Exemplo da Casa Ermelinda Freitas”, sob a orientação do Prof. Dr. Jorge Manuel Leitão Ferreira. O trabalho de pesquisa em curso tem como objetivo geral analisar o contributo da Casa Ermelinda Freitas para o desenvolvimento social local no espaço rural. Para cada entrevista será associado um código, com o objetivo de numerar a entrevista, a mesma será realizada presencialmente, em conformidade com as orientações emanadas pela Direção Geral da Saúde no âmbito do contexto de pandemia provocado pelo COVID 19. O registo da entrevista vai ser realizado por escrito. Ressalvo, ainda, que será garantida a confidencialidade e o anonimato relativamente a todas as informações que me forem confiadas.

Data da aplicação: 04/10/2021

Nº do inquérito: 3

PARTE I

Caracterização sociodemográfica:

- Sexo: Feminino
- Idade: 52
- Formação académica: Licenciatura
- Função Profissional: Diretora de Serviços
- Área de intervenção: Social
- Local de trabalho: Cáritas Diocesana de Setúbal - Centro Comunitário de S. Pedro – União de Freguesias de Poceirão/Marateca

PARTE II

Questões:

1 – Qual foi o 1º contacto que estabeleceram com a Casa Ermelinda Freitas e como foi efetuado?

Através do Prof. Eugénio Fonseca (Presidente da Cáritas Diocesana de Setúbal até 2016). Começamos por pedir apoio para pequenos eventos organizados pela Instituição, como por exemplo vinhos, água pé. Neste momento existe uma relação de parceria entre a Cáritas e a Casa Ermelinda Freitas.

2 – Que estratégias de comunicação utilizam para estabelecer contactos com a Casa Ermelinda Freitas?

A comunicação é muito fácil pois a responsável é muito acessível, sensível às questões sociais e aos problemas das famílias e da comunidade e demonstra uma grande generosidade para com os outros, começando pelos funcionários da Casa.

3 – Que projetos de âmbito Social estão a desenvolver em parceria com a Casa Ermelinda Freitas?

“A Vida de Um Vinho” – Este Projeto Solidário da Casa Ermelinda Freitas teve início com a criação de um vinho cuja receita reverte a favor da Cáritas para aplicar em obras de melhoramento de habitações degradadas na União de Freguesias de Poceirão/Marateca; “Ser+ Família, Ser+ Comunidade - Parceria no âmbito da habitação, emprego, cedência de espaço para eventos; tem colaborado com o Projeto internacional de apadrinhamento de crianças “Padrinhos de S. Tomé, uma ponte de Esperança”.

4 - Como caracteriza o contexto socioeconómico desta comunidade local?

Elevado nº de famílias em situação de fragilidade/vulnerabilidade social; dificuldades ao nível da mobilidade e de acesso aos serviços; baixo nível de escolaridade e de formação; elevada taxa de desemprego e trabalhos precários/sazonais com baixa remuneração.

5 – Das iniciativas desenvolvidas em parceria com a Casa Ermelinda Freitas de que forma estas contribuem para o desenvolvimento social e humano sustentável ao nível local? Considera que pode ser uma estratégia para o desenvolvimento local? Se sim, porquê?

São iniciativas desta natureza que contribuem para a melhoria das condições de vida de algumas famílias. Sem dúvida que este tipo de iniciativas influenciam o desenvolvimento social e humano a nível local. Uma sociedade civil organizada de forma a colaborar com as comunidades locais garante o seu desenvolvimento.

6- Apresente alguns exemplos das iniciativas resultantes da parceria estabelecida entre a Cáritas Diocesana de Setúbal e a Casa Ermelinda Freitas. (situações que tenham beneficiado de projetos)

Melhoria das condições habitacionais de 9 famílias; Integração em mercado de trabalho de utente acompanhado pelo Projeto “Ser+ família, Ser+ Comunidade”; angariação de fundos para S. Tomé e Príncipe em evento organizado no espaço da Casa Ermelinda Freitas.

MUITO OBRIGADA

Anexo G – Notícia de um jornal local – Centro Jovem Tabor

• Setúbal

Cultivar e integrar



A Vinha Solidária resulta de uma parceria entre o Centro Jovem Tabor e a Casa Ermelinda Freitas

Através da viticultura, os utentes do Centro Jovem Tabor adquirem novas competências e ainda ajudam quem mais precisa

Cristina Isabel Pereira

A viticultura também pode ser uma forma de ajudar na integração e aquisição de competências pelos jovens que são apoiados por instituições. No Centro Jovem Tabor, em Setúbal, surgiu o Projeto Vinha Solidária que, para além de estar a ser útil para os utentes do centro, é também uma forma de apoiar a comunidade.

O projeto surgiu em 2013, em resultado de uma parceria entre a adega Casa Ermelinda Freitas, de Palmela, e o Centro Jovem Tabor. "Existia um terreno desocupado em volta das instalações do centro, nas Padeiras, onde plantámos um hectare de vinha, de uva moscatel", conta Leonor Freitas, proprietária da Casa Ermelinda Freitas.

A adega investiu um total de 45 mil euros e tem acompanhado tecnicamente os utentes do centro no tratamento da vinha. "Achamos muito importante ter um projeto de reintegração e criar hábitos de trabalho às pessoas que passam pelo centro", considera, explicando que o intuito do trabalho que tem estado a ser desenvolvido em parceria é sobretudo "criar competências, na perspetiva de os utentes serem cada vez mais autónomos".

Paulo Lourenço, presidente da direção do Centro Jovem Tabor, explica que a parceira com a Casa Ermelinda Freitas "tem ainda como objetivo a formação dos jovens na área da viticultura e a aquisição de parte da uva para a produção de vinho Moscatel".

Setembro foi um mês especial para todos os envolvidos no projeto: depois de dois anos de trabalho e dedicação, foi possível colher as primeiras uvas nascidas desta vinha, num total de mais de mil quilos e com o envolvimento de vários voluntários.

A primeira Vindima Solidária foi destinada, na totalidade, ao Restaurante Social da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição, em Setúbal, e aos sem-abrigo apoiados pela Cáritas Diocesana da mesma cidade. Com a contínua vontade e empenho de todos, a Vinha Solidária promete continuar a dar os seus frutos no futuro. ■

Anexo H – Nota de agradecimento à empresa – Centro Jovem Tabor

Cara Dra. Leonor Freitas,

Ontem foi uma data que vai ficar nas memórias de todos aqueles que participaram na 1ª Vindima Solidária do Centro Jovem Tabor.

À semelhança da vinha, a formação dos valores do ser humano com o passar dos anos, se cuidarmos devidamente da sua manutenção, ganha raízes muito fortes.

O projeto da Vinha Solidária, plantada em 2013 deu ontem os primeiros frutos.

Saibamos nós cuidar dela e passar o testemunho dos valores da solidariedade e do trabalho aos jovens que acolhemos e estarmos à altura do voto de confiança depositado pela Casa Ermelinda Freitas no Centro Jovem Tabor.

Bem Haja à Casa Ermelinda Freitas e o nosso muito obrigado.

Paulo G. Lourenço

Presidente da Direção Executiva



LAR DE INFÂNCIA E JUVENTUDE

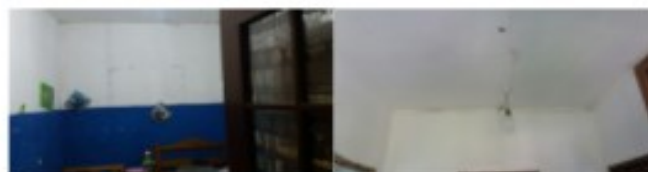
Condecorado com a Medalha de Honra da cidade de Setúbal

Rua da Quinta do Mocho, nº 2, Padeiras – 2910 – 283 Setúbal – Portugal

Telefone: + 351 265 501 218 Fax: + 351 538 066 E-mail: centro.jovem.tabor@gmail.com

Anexo I – Melhoria de uma Habitação (Projeto a “Vida de um Vinho”)

Antes



Durante



Depois

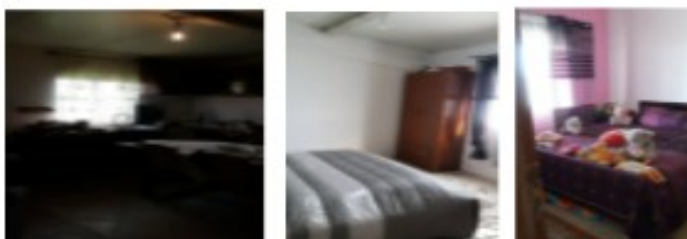


Foto cedida pela Parceria e autorizada pela família

Anexo J – Nota da Gestão da Empresa ao Centro Jovem Tabor

30º ANIVERSÁRIO CENTRO JOVEM TABOR

Casa Ermelinda Freitas

A responsabilidade social da Casa Ermelinda Freitas, é encarada como uma obrigação de devolver à sociedade parte daquilo que ela a tem ajudado. A parceria com o Centro Jovem Tabor, reforça aquilo que eu mais defendo, que é fornecer competências aos jovens que por ali passam, no sentido de lhes dar autoestima para uma autonomia, tendo em vista a sua preparação para a vida profissional. A vinha é um projeto com trabalho durante todo ano, o que proporciona ocupação total para os jovens. Por isso, por acreditar na importância deste projeto, fizemos, plantamos e acompanhamos, um hectare de vinha Moscatel. Escolhemos esta casta por ser uma referência de Setúbal, e pode servir para ser comida, e para fazer vinho Moscatel de Setúbal. A compensação de ver a vinha a crescer, e refletir o crescimento dos jovens, é o maior fator para acreditarmos que vale a pena sermos solidários.

Dra. Leonor Freitas

Anexo K – Links Áudio Entrevistas

Entrevista Gestão de Topo Casa Ermelinda Freitas

<https://drive.google.com/file/d/1cSItypzkzvG8luBUVJzRnsAwMkFrHqTz/view?usp=sharing>

Entrevista Responsável Marketing

<https://drive.google.com/file/d/1fUTyAWnI3S19c6SZZV6JkRl3kCIISlsW/view?usp=sharing>